

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
ÁREA DE SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

MARCIO AZEVEDO VIANNA FILHO

Comentários sobre o *pretérito perfeito
composto* em português

(dissertação de mestrado)

SÃO PAULO

2016

MARCIO AZEVEDO VIANNA FILHO

Comentários sobre o *pretérito perfeito composto* em português

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de

Mestre em Semiótica e Linguística Geral
Área de Concentração: Semântica formal

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira

SÃO PAULO

2016

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo B. Ferreira, sem cujo especial empenho, este trabalho não teria podido, nem começar, nem terminar; por ter-me aguentado e por ter estado sempre disposto a conversar.

Agradeço ao Prof. Dr. Marcos Lopes pelos conselhos, pelo estímulo, pelo encorajamento e pelas conversas.

Agradeço à Prof^ª Dr^ª Ana Lúcia Müller por ter-me chamado às reuniões com os seus alunos.

Agradeço à minha ex-chefe, Prof^ª Dr^ª Marina de Mello e Souza, que sempre deu importância às minhas atividades relativas ao mestrado.

Agradeço à Prof^ª Dr^ª Stella Esther Orthweiler Tagnin por ter permitido reaproximar-me da FFLCH.

Agradeço à Luíza Jatobá, que sempre me encoraja a tentar novamente, mesmo quando as probabilidades de êxito pareçam as mais remotas.

Agradeço aos meus pais, os únicos com quem tenho podido contar sempre.

Agradeço aos meus sobrinhos, Pedro e Thiago, por garantirem sempre alguma alegria na minha vida.

Agradeço ao Victor Biagioni, pela companhia e pela conversa.

Resumo

O *pretérito perfeito composto* (também conhecido como “passado composto”) português tem uma interpretação que diverge de praticamente todos os tempos análogos nas línguas românicas e germânicas. A caracterização desse tempo, bem como a determinação da sua relação com os tempos cognatos das outras línguas é uma questão ainda em aberto. Na sua investigação, cruzam-se temáticas atinentes às áreas temáticas de aspecto, accionalidade, temporalidade, modalidade.

Este trabalho procura dar contornos mais nítidos às características desse tempo verbal e apontar para possíveis alternativas de explicar o seu funcionamento.

Palavras chave: semântica; verbo; tempo; aspecto; perfeito; passado composto; pretérito perfeito composto; português

Abstract

The meaning of “pretérito perfeito composto”, the Portuguese verb form analogous to the English present perfect, is markedly distinct from the corresponding tenses in Romance and Germanic languages. Its description and the nature of its relationship to the corresponding tenses in other languages is still a question open to debate. The enquiry into this verb form is at the crossroads of the areas of aspect, actionality, tense, modality.

This dissertation is aimed at trying to pinning down the characteristic features of this verb form more precisely, and pointing at possible explanatory hypotheses about its functioning.

Keywords: Semantics, verb, tense, aspect, perfect, Portuguese

Nota terminológica

Em todo este trabalho, será utilizado o termo *perfeito* (e o substantivo correspondente, *perfectude*) para significar o contraste indicado entre os subexemplos de (1) abaixo. Os tempos perfeitos costumam ser expressos, e certamente o são em português e inglês, construções perifrásticas e se caracterizam por alguma repercussão presente de eventos passados ou pela extensão se um evento que se inicia no passado e se estende até o presente. Quando a forma não é perfeita, evitar-se-á a designação imperfeito, preferindo-se *não-perfeito*.

- (1) a. I've lost my umbrella. PERFECT +
b. I lost my umbrella. PERFECT -
c. I lose my umbrella. PERFECT -

Este uso será consistente, com a única exceção dos nomes dos tempos verbais segundo a gramática tradicional das diversas línguas. Assim, o contraste entre os tempos verbais *pretérito perfeito do indicativo* e *pretérito imperfeito do indicativo* não é um contraste de *perfectude*, pois ambos os tempos são não-perfeitos. Neste caso, dir-se-á que o p.p.i é um tempo *perfectivo*; e que o p.i.i. é um tempo *imperfectivo*, e que o contraste entre eles é de *perfectividade* (não de *perfectude*).

Sumário

Resumo	3
Abstract	5
Nota terminológica	7
1 Introdução	11
1.1 O perfeito translinguisticamente	11
1.2 O caso do português	13
1.2.1 Caracterização do perfeito	14
1.3 Os tipos de perfeito do inglês (Comrie, 1976)	15
2 Caracterização empírica do <i>pretérito perfeito composto</i>	21
2.1 Tempo	22
2.1.1 Cursividade	22
2.1.2 Duração do evento ou estado	28
2.1.3 Efeitos de sobrevivência e repetibilidade	30
2.2 Aspecto	32
2.2.1 Geral	32
2.2.2 Fatores que contribuem para a interpretação do <i>pretérito perfeito composto</i> quanto à distinção iterativo/contínuo	36
3 Alguns textos fundamentais sobre o perfeito português	41
3.1 O artigo de Ilari (2001b)	41
3.2 Os artigos de Schmitt, C. (2001) e Giorgi, A. e F. Pianesi (1997)	47
4 À guisa de conclusão: O <i>pretérito perfeito composto</i> em português: perspectivas para investigação futura	57
4.1 Introdução	57
4.2 A iteratividade espontânea do p.p.c.	58
4.2.1 <i>Inespecificabilidade da reiteração</i> (Bertinetto and Lenci, 2010)	58
4.2.2 Repetibilidade	60
Referências bibliográficas	61

Capítulo 1

Introdução

1.1 O perfeito translinguisticamente

O perfeito é uma categorização gramatical de tempo encontrada em grande número de línguas do mundo, aparentadas ou não, com ou sem história de contato linguístico (Comrie, 1976). Sua caracterização, que enfeixa traços tanto de tempo como de aspecto,¹ tem ocupado linguistas e outros estudiosos da linguagem literalmente há séculos. Em todas as línguas românicas e germânicas,² o perfeito é marcado de forma bastante uniforme pela perífrase *verbo auxiliar + participio passado*, que se supõe resultante da gramaticalização de uma perífrase resultativa que já existia restritamente no latim clássico, e cujo uso se generalizou no latim vulgar. O verbo auxiliar da perífrase pode ser (a) exclusivamente o verbo HABEO (e seus cognatos nas diversas línguas, com a notável exceção do português, que usa o TENEIO, seu sinônimo histórico³): inglês, português, espanhol; (b) um dos dois verbos HABEO ou SUM, dependendo do significado lexical do verbo principal, sua diátese, ou da convencionalidade: francês, holandês, alemão, italiano; (c) somente o verbo SUM: gaélico escocês, galês, um dialeto do italiano, várias línguas eslavas incluindo o búlgaro, inglês das Ilhas Shetland e tâmil.(McFadden, 2007)

Seu significado, contudo, varia de língua para língua em torno de noções interrelacionadas que podem ser caracterizadas inicialmente como:

¹Tempo: tempo externo; dêitico; relaciona tempo da fala com o tempo de referência no quadro reichenbachiano. Aspecto: tempo interno ou intrínseco; estrutura temporal interna do evento; não dêitico; relaciona o tempo de referência e o tempo do evento no quadro reichenbachiano.

²Por todo este trabalho, ao mencionar genericamente agrupamentos de línguas, estarei referindo-me às línguas mais conhecidas e descritas, via de regra, línguas nacionais ou, quando muito, regionais que têm sido consideradas na literatura linguística sobre tempo. Isso é necessário para que não se esteja a enumerar línguas a toda hora, mas com isso não se quer dar a entender que as afirmações sejam exaustivas.

³O galego certamente apresenta um perfeito com o auxiliar ter com características semelhantes às do português (Chamorro, 2012). Há ainda indicações, por vezes contraditórias, de que o siciliano (Giorgi and Pianesi (1997) e [[manual de linguística românica]]) também se aproxima dessas duas.)

1. retrospectiva: um evento é observado de um instante que lhe é posterior;
2. repercussão: o evento ainda repercute nesse instante e enuncia-se (ou pressupõe-se) tanto o evento originário como sua repercussão nesse instante.

Como era de se esperar, o perfeito não se apresenta em cada uma dessas línguas com detalhes nocionais e distribucionais totalmente coincidentes. Além disso, a distinção já se neutralizou em muitas línguas (francês, em que o *passé simple* caiu em desuso na língua falada) ou foi perturbada por fatores externos (alemão padrão, em que é pouco usada a forma perfeita com verbos modais, ou alemão meridional, em que a forma não perfeita é usada somente por hipercorreção, ou ainda o espanhol do Rio da Prata, que usa cada vez menos a forma perfeita). As línguas românicas e germânicas, às quais este trabalho se aterá, variam sobretudo quanto ao item 2 acima, isto é, quanto ao significado preciso de repercussão e quanto ao peso relativo dado ao evento originário face à sua repercussão. Na literatura, é frequente a ideia, explícita ou subentendida, de que as línguas se podem organizar ao longo de uma escala linear de acordo com este peso relativo. O inglês estaria próximo do extremo que dá mais peso à repercussão, enquanto o francês, por exemplo, estaria mais próximo do extremo que dá mais peso ao evento originário. É também muito frequente associar-se a posição de uma língua nessa escala com o estágio em que esta língua se encontra num trajeto de gramaticalização como o claramente atestado para o francês, em que a noção de repercussão se foi relaxando ao longo do tempo, a ponto de (quase) assumir o significado do passado simples (de Swart, 2007), que já não inclui qualquer exigência de repercussão. Essa via de gramaticalização foi chamada (cf. Squartini and Bertinetto (2000)) de *deriva aorística*. O exame mais detido dos dados dessas diversas línguas torna contudo duvidosa, tanto a caracterização unidimensional da manifestação do perfeito, quanto sua identificação com o estágio num processo diacrônico único de deriva aorística.

O que tem intrigado e atraído os estudiosos sobre o perfeito é:

- dificuldade de classificação entre as categorias tradicionais da expressão do tempo, isto é: tempo, aspecto e, possivelmente, modo.
- polissemia da forma perfeita intralinguisticamente (perfeito de resultado, perfeito de experiência, ..., cf. Comrie, 1976)
- forte contraste, tanto na interpretação quanto nas restrições sintáticas e discursivas, entre a perífrase com verbo auxiliar no presente do indicativo, em que a perfectude está mais caracterizada, em comparação com a perífrase com qualquer outra forma do verbo auxiliar (formas nominais, modo subjuntivo, tempo passado ou futuro,

quando quer que existam), em que as características de perfeito estão mais enfraquecidas (ou são inexistentes)

- necessidade de recorrer à pragmática para a descrição de um significado gramatical marcado morfossintaticamente.

1.2 O caso do português

O português também apresenta, em uso corrente, uma forma em tudo semelhante à das demais línguas românicas e germânicas. Contudo, enquanto as demais parecem apresentar-se num gradiente de fases de adiantamento na deriva aorística, o português apresenta para a perífrase de perfeito uma interpretação bastante divergente das demais línguas, a ponto de que não é claro de imediato se há ou não parentesco entre os significados; ou se em português o perfeito é de fato uma categoria gramatical.⁴

Assim como no inglês, também no português, o possível significado de perfectude só ocorre claramente quando o auxiliar está no presente do indicativo, resultando na forma chamada pela gramática tradicional de passado composto ou perfeito composto. Convém, portanto, contrastar estas formas entre as línguas antes das demais (futuro perfeito; passado composto do subjuntivo...). O perfeito no português, em contraste com as outras línguas românicas e germânicas, caracteriza-se inicialmente por: (a) ser obrigatoriamente durativo; (b) o evento estende-se (iterativa ou continuamente) até o presente; (c) se o evento não satisfizer a condição 1, a expressão resultante não será agramatical, mas a iteratividade será obrigatoriamente induzida sem a necessidade de qualquer marcação morfossintática. Estes três pontos serão discutidos mais extensamente neste relatório, mas o exemplo (1) abaixo servirá por ora como ilustração:

- (1) a. He has reached the summit.
b. Ele tem alcançado o cume (*no ano passado).

Os exemplos (1a) e (1b) são sentenças sintaticamente paralelas respectivamente em inglês e em português. Enquanto (1a) se refere a um acontecimento pontual e único, (1b) refere-se a uma situação não-pontual e iterativa. Não-pontual porque (1b) descreve uma sequência de ocorrências de *alcançar o cume* e tal sequência é uma eventualidade não-pontual (item (a) acima). O passado composto em português, diferentemente do *present*

⁴Como se vê, não é claro inicialmente se há razões para defender a existência do perfeito no português como categoria gramatical. Provisoriamente, contudo, vai-se usar a designação de perfeito para se indicar as formas verbais análogas às perfeitas do inglês. Assim, ao estudar o perfeito em português, estaremos tratando das formas designadas como “passado (ou perfeito) composto”, “(pretérito) mais que perfeito composto” e “«futuro perfeito» (ou anterior)”.

perfect, exige duratividade. *Alcançar o cume*, porém, é um predicado pontual. Esta incongruência, entretanto, não torna a sentença agramatical. Ocorre uma acomodação em que uma eventualidade não-pontual é criada pela iteração da eventualidade pontual *alcançar o cume* (item (c) acima). Por fim, o item (b) pode ser ilustrado pela incompatibilidade de (1b) com um adjunto de localização temporal que não inclua o momento presente, como em “no ano passado”.

1.2.1 Caracterização do perfeito

No sistema de Reichenbach (1947) de três tempos, o (presente) perfeito caracteriza-se como E-R,S. Isto é: tempo da fala (S) idêntico ao de referência (R) e tempo do evento (E) anterior aos dois primeiros. Tal representação contrasta com a representação do passado simples: E,R-S. Isto é: tempos do evento (E) e de referência (R) coincidentes e antepostos ao tempo da fala (S). A novidade deste sistema está exatamente na introdução do tempo de referência, e o ganho em poder explicativo, em comparação com o aparato teórico anterior (só dois tempos), está exatamente na possibilidade de dissociar o tempo de referência do tempo do evento, já que nos casos em que os dois coincidem, o sistema volta para todos os efeitos a ser um sistema de dois tempos. De fato, o aparato Reichenbachiano parece ser feito sob medida para acomodar o contraste entre presente perfeito e passado simples, pois caracteriza tal distinção exata e unicamente pela diferença de tempo de referência. Podem-se valorizar os méritos e a adequação de alguns pontos desse esquema explicativo. Por exemplo, os auxiliares das construções perfeitas estão no tempo correspondente ao tempo de referência, não ao tempo do evento, o que justificaria a ideia de que, nos tempos perfeitos,⁵ o ponto de referência se encontra adiantado em relação ao tempo do evento. A ideia de que ao tempo do auxiliar se devesse efetivamente atribuir um valor semântico fica mais clara se se toma em consideração a construção que se supõe estar no percurso de gramaticalização dos tempos morfológicos perfeitos atuais: *i) He has the house painted.* > *ii) He has painted the house.*⁶ Na forma mais antiga, vê-se claramente que a frase diz respeito a um estado presente (que, acessoriamente, foi originado de um *evento* no passado, nomeadamente *paint the house*; em ii), por outro lado, parece que o *evento* ganha saliência, ainda que o estado, que vigora no presente, continue a ser um elemento essencial para a caracterização do tempo perfeito, podendo-se dizer até

⁵Este trabalho tratará praticamente só do *presente perfeito* (análogo ao passado composto). Os tempos perfeitos passados e futuros não se apresentam tão bem caracterizados como o presente porque são homônimos de tempos relativos (passado perfeito – passado do passado; futuro perfeito – futuro anterior).

⁶A construção mais antiga (i) só funciona com verbos télicos com complemento paciente ou tema. A construção moderna (ii), evidentemente, não está sujeita a essa restrição. Supõe-se que tenha havido generalização da construção original

que é o elemento distintivo do perfeito por excelência.⁷ A representação de Reichenbach tem, portanto, a virtude de dar saliência teórica ao presente, reconhecendo a possibilidade de atribuir significado ao tempo do auxiliar das perífrases de perfeito. Tal saliência do componente presente no interior do perfeito também se harmoniza com a peremptória proibição de localizar temporalmente o evento originário no perfeito do inglês.

Uma outra virtude da teoria está em apontar para um tratamento composicional do (presente) perfeito, sugerindo que o perfeito teria algo em comum com o presente, nomeadamente, o *tempo*, que na sua teoria está traduzido na relação existente entre tempo de enunciação (S) e tempo de referência (R); mas também teria algo que o distingue do presente, nomeadamente, o *aspecto*, que na sua teoria está representado na relação entre tempo de referência (R) e tempo do evento (E). Segundo esta perspectiva, haveria um “aspecto perfeito” que se combinaria com os tempos passado, presente e futuro[[não havia mais?]]. O significado temporal resultante seria a composição dessas duas categorias autônomas. Há teorias do perfeito que não esposam esse princípio composicional, adotando uma descrição separada para o presente perfeito, outra para o passado perfeito, etc. Pode-se imaginar que uma teoria assim estaria motivada pelo fato de que a translação temporal modifica as feições do perfeito, ainda que seja por confluir com a forma morfológica de um outro tempo verbal. Aparentemente, uma teoria não composicional poderia ter mais sucesso em descrever de forma unificada a totalidade dos valores de uma forma morfológica, ao passo que uma teoria composicional teria que admitir a homonímia entre um significado com componente de perfeito e outro significado sem esse componente (por ex.: passado perfeito vs. passado do passado, respectivamente). De qualquer forma, a composicionalidade é um desiderato da Semântica Formal desde sua constituição e as teorias mais modernas com que tive contato procuram não só segregar a contribuição aspectual da contribuição temporal, como também interpretam a perífrase característica do perfeito de maneira composicional, atribuindo um significado ao auxiliar e um significado ao participio passado que, compostos, resultam no significado da locução verbal.⁸

1.3 Os tipos de perfeito do inglês (Comrie, 1976)

Nem todas as línguas que apresentam o perfeito dispõem de todos os tipos aqui arrolados. Há também as línguas que apresentam formas específicas para os diferentes tipos. O inglês apresenta todos os tipos abaixo, expressos a princípio pela mesma perífrase verbal, o que conduz frequentemente a ambiguidades. A desambiguação pode se dar pelo contexto, pelo

⁷As referências ao perfeito em geral aparecerão muitas vezes como que particularizadas ao presente perfeito (passado composto). Isto porque, tanto no inglês como no português, é só no presente (do indicativo) que o perfeito aparece mais plenamente caracterizado.

⁸Para uma tipologia sucinta de diversas teorias do perfeito, ver Binnick (1991).

conteúdo lexical do verbo principal, ou por adjuntos ou partículas adverbiais, muitas bem estereotipadas (*just, ever...*) no entorno do verbo.

Perfeito de resultado

No perfeito de resultado, faz-se referência a um estado presente resultante de um evento passado. (Comrie, 1976)

(2) He's lost his umbrella.

A princípio, esta sentença, como ocorre com certa frequência em inglês, poderia referir-se a outros tipos de perfeito. Na leitura de perfeito de resultado, contudo, a sentença só será adequada se enunciada enquanto o guarda-chuva continua perdido. O guarda-chuva estar perdido é um estado consequente do evento de perdê-lo. Note-se que a localização temporal do evento que deu origem ao resultado presente não é definida precisamente (nem co-textualmente), mas inferida pragmaticamente: a perda do guarda-chuva não pode ter ocorrido tanto tempo atrás, a ponto de que as consequências de sua perda já não tenham relevância presente. Com base no preço dos guarda-chuvas, a frequência local de chuvas, etc. há um período máximo a partir do qual, supor-se-ia que a consequência dessa perda teria sido cancelada, por exemplo, pela compra de um novo guarda-chuva. Estão pragmaticamente excluídas situações em que a perda tivesse ocorrido há cinco anos, por exemplo. O período seria maior se se tratasse de um guarda-chuva de estimação específico e insubstituível, caso em que a consequência relevante seria antes a dor da perda do que a impossibilidade de se abrigar da chuva. É uma particularidade do perfeito do inglês que a localização temporal do evento (passado) original não pode ser explicitada.

(3) *He's lost his umbrella last week.

Esta característica faz pensar na centralidade e proeminência da referência ao estado resultante, face ao evento originário, que caracteriza o perfeito. A relação causal entre evento originário e estado presente não precisa estar contida na semântica lexical do verbo principal da perífrase. De fato, este tipo de perfeito é possível com todas as classes accionais, ao passo que os estados consequentes só estão tipicamente codificados lexicalmente para *achievements* e certos *accomplishments*. Os *pontos*, por exemplo, sabidamente não têm estados resultantes associados, mas a frase seguinte pode perfeitamente ser um exemplo de perfeito de resultado (a iteratividade induzida não enfraquece o argumento):

(4) He has sneezed a lot.

Como exemplo, os estados consequentes possíveis são: ele está com o nariz vermelho; os outros espectadores do cinema em que ele estava encontram-se irritados; não é possível adiar mais a limpeza do ar condicionado; ele faltou hoje ao trabalho, etc.

Perfeito de experiência

O perfeito de experiência⁹ indica que uma situação dada ocorreu pelo menos uma vez durante um certo tempo do passado que se estende até o presente. (Comrie, 1976)

O inglês não tem forma específica que diferencie este perfeito do perfeito de resultado.¹⁰ Contudo, este perfeito fica claramente caracterizado quando a perífrase vem acompanhada dos advérbios (partículas) *ever* ou *never*. O intervalo de tempo em que se verifica a ocorrência ou não de certo evento termina obrigatoriamente no presente. Seu limite esquerdo pode ser expresso por meio de um adjunto introduzido por *since* ou sua tradução canônica portuguesa *desde*.

- (5) a. Have you played tennis since last year's tournament?
b. Você jogou tênis desde o campeonato do ano passado?
c. Você tem jogado tênis desde o campeonato do ano passado?

(5c) é uma tradução literal de (5a). Enquanto (5a) é um exemplo de perfeito de experiência, (5c) é um perfeito de situação persistente (ver item (7) abaixo). O perfeito (semântico) de experiência obtém-se em português com o perfeito do indicativo: (5b), que é, portanto, uma tradução mais adequada de (5a).

Aparentemente, *ever* tem o efeito de fazer com que o intervalo seja aberto à esquerda (embora pragmaticamente limitado). Em (6), o período em que se verifica se houve ou não uma situação de *skydiving* é pragmaticamente limitado à esquerda pelo nascimento do interlocutor ou pela idade em que praticar *skydiving* começa a ser uma possibilidade.

- (6) Have you ever skydived?

Mas assim como no perfeito de resultado, não é possível fixar precisamente o evento, por assim dizer, o acontecimento que provoca a mudança de *never* para *ever*:

- (7) Sure I have. I've skydived (*as soon as I turned 18)/(*at the age of 40).

⁹Comrie: outros termos encontrados na literatura são *perfeito existencial* e *perfeito indefinido*.

¹⁰Comrie aponta como exceção: He's been to Cuba. (existencial) vs. He's gone to Cuba. (resultado).

Perfeito de situação persistente

Este uso se refere a uma situação iniciada no passado e que persiste no presente. (Comrie, 1976)

É uma característica peculiar — mas provavelmente não exclusiva — do inglês, pois muitas outras línguas usam o presente neste contexto, como mostram algumas comparações baseadas nos exemplos de Comrie (1976):¹¹

- (8)
- a. I've waited for three days.
 - b. *I'm waiting for three days.¹²
 - c. I've been waiting for three days.
 - d. J'attends depuis trois jours.
 - e. Ich warte schon drei Tage.
 - f. Eu estou esperando há três dias.
 - g. Eu esperei três dias.

A escolha dos tempos verbais acima também inclui uma nuance de significado. Em (8a), a espera pode ter terminado no momento presente ou pode prosseguir em direção ao futuro; em (8c) a espera obrigatoriamente continua para o futuro. ?? indica que a espera pode ou não continuar para o futuro, Mas se a espera tiver chegado ao fim no momento presente, então o tempo deverá ser o pret. perf. do ind. (8g).

Perfeito de passado recente

Em várias línguas, a simples proximidade temporal entre o evento passado e o momento presente já é suficiente para que o evento seja apresentado no tempo perfeito. Embora no perfeito inglês, como se viu acima, haja uma proibição forte contra a explicitação da localização temporal do evento passado, são consensualmente aceitáveis sinônimos próxi-

¹¹Nas seções seguintes, a questão dos perfeitos de situação persistente será retomada. Comrie comenta que este tipo de perfeito é uma peculiaridade do inglês, mas como se verá, é também o *único* tipo de perfeito que existe em português. As condições em que ele ocorre em português, contudo, são bem particulares. Assim, a tradução portuguesa da sentença (8a) (perfeito) é (8f) ou (8g), que não estão no perfeito.

¹²Uma busca rápida na internet produziu resultados que me parecem interessantes. O verbo *to wait* não é favorável à busca porque *for* é a preposição regida pelo verbo. Mas se buscarmos “I'm doing this for years.” e “I've been doing this for years.” obteremos respectivamente os seguintes números de ocorrências: 60,2 milhões : 3,050 milhões, que apontam na direção contrária ao que se dizia acima. Mas se limitarmos a busca a sites do domínio uk, os resultados serão respectivamente: 0,000 : 0,55 milhões; para o domínio au: 0,000 : 0,254 milhões; para o domínio ca: 0,000 : 0,371 milhões. Parece haver suficiente evidência, portanto, para concluir que há forte aversão à alternativa com presente progressivo, a ponto de caracterizá-la como agramatical em inglês. Os números da busca ilimitada quanto a domínio refletem um uso do *pidgin* de base inglesa que é a língua predominante na Internet.

mos do advérbio *recently*. É um marcador bastante característico deste tipo de perfeito é *just*.

(9) I have recently learned that the match is to be postponed. (Comrie)

(10) Bill has just arrived.

O intervalo de tempo intercorrente entre o evento e o presente que autoriza ou veda o uso do perfeito é variável de língua para língua. Dita à tarde, a frase *I've been to the doctor this morning* já implica um intervalo de amplitude tal, que divide as opiniões quanto a sua gramaticalidade entre falantes de inglês. Em espanhol peninsular *He ido al médico esta mañana* é pacificamente adequado. Comrie (1976) comenta que é possivelmente esta a via pela qual o presente perfeito de diversas línguas acabam por ganhar terreno ao passado simples: a distância admissível entre o presente e o evento passado vai ficando cada vez maior até o ponto em que a proximidade do presente já não tem mais qualquer importância na aplicação do presente perfeito. Quando se atinge esse ponto, como no francês falado, já se pode, com propriedade, chamar o tempo perifrástico de “passado composto” ou “pretérito perfeito composto”, como respectivamente na terminologia gramatical brasileira e portuguesa.

Capítulo 2

Caracterização empírica do *pretérito perfeito composto*

Diferentemente do que ocorre em inglês, tem havido ainda grande desacordo quanto ao comportamento distribucional e ao significado do *pretérito perfeito composto* (p.p.c.) em português. Isto é: não há acordo sobre quais são os fatos de língua que cumprem ser analisados e explicados e, a cada novo estudo, é como se se tratasse de uma “nova” variedade do português, que apresentasse características próprias do tempo verbal expresso pela perífrase *ter+particípio passado invariável*.

Se, por um lado, é certo que o p.p.c., como tudo o mais na língua, estará sujeito a variações de toda ordem, é necessário que o desenvolvimento da pesquisa sobre essa forma alcance alguma clareza sobre um núcleo comum de manifestações de fenômenos discursivos, interpretativos, distribucionais etc. associados a esta forma verbal. Em outras palavras, e como já claramente manifestou Ilari (2001b), o avanço do tema na área de semântica formal, depende, em certa medida, de maior desenvolvimento de conhecimento de cunho descritivo sobre o p.p.c.

Longe de suprir esta falta, mas como passo singular nesse sentido, esta seção buscará caracterizar descritivamente alguns fenômenos nos quais o p.p.c. está envolvido, assinando sempre que possível o acordo ou desacordo com sua caracterização em estudos anteriores.

Contudo, convém desde já deixar expresso, especialmente para leitores que não tenham alguma variedade do português como língua materna, que não parece haver consciência entre os falantes da comunidade linguística de qualquer discrepância grosseira, salvo fenômenos pontuais, no uso e na interpretação desta forma verbal, quer em variedades brasileiras, quer na comparação transnacional entre variedades do português. Minha

convicção¹ é, portanto, de que a teorização sobre o p.p.c. pode na sua maior parte ser desenvolvida em grandes linhas para a totalidade das variedades do português, sem nem mesmo considerar a tradicional distinção português do Brasil/português de Portugal.

2.1 Tempo

2.1.1 Cursividade

Neste estudo, adotar-se-á a posição de que o p.p.c. em português é sempre *cursivo*,² isto é, localiza temporalmente uma eventualidade num intervalo cuja extremidade esquerda é um ponto no passado e cuja extremidade direita é o momento da enunciação. Esta é a caracterização mais básica que poderia receber o p.p.c. português quanto ao seus aspectos *temporais* (em contraste com os aspectuais, modais, etc.). A ela referem-se gramáticas prescritivas e estudiosos da linguagem de antes da constituição da linguística como disciplina científica (p.ex. Barbosa (1822); Viana (1903); Boléo (1937) e, mais recentemente, Ilari (2001b); Schmitt (2001), Medeiros (2015), Oliveira and Leal (2012), Hofherr et al. (2010), Giorgi and Pianesi (1997), Brugger (1997), por exemplo.

Considerando que este ponto é mais ou menos consensual, seria difícil enumerar todas as obras que o defendem, sendo mais produtivo e factível apontar as poucas vozes dissonantes identificadas.

Karina Molsing, nos trabalhos de 2006, 2007 e 2010, apresenta os exemplos (1) e (2) abaixo, aqui ligeiramente modificados para se adequarem a esta exposição. Os exemplos de (1) têm leitura iterativa e o exemplo (2) é apresentado como exemplo de leitura contínua (“durativa” na terminologia da autora e da maior parte da tradição).

- (1) a. Eu tenho corrido aqui (ultimamente)/(mas não vou mais). [atividade]
b. Eu tenho chegado tarde (ultimamente)/(mas não vou mais). [culminação]
c. Eu tenho percebido que está mais magro (ultimamente). [culminação³]
d. Eu tenho pintado um quadro (ultimamente). [processo culminado]
- (2) Eu tenho sido feliz (ultimamente). [estado]

¹O autor tem português como língua materna e sempre morou e estudou em São Paulo, Brasil, tendo tido contacto familiar com o português falado na região do Porto e Aveiro, Portugal.

²Vai-se adotar a designação *cursivo* para indicar a característica de que o evento se estende até o momento de referência. No caso do p.p.c., este momento é idêntico ao da enunciação e coincidente com o AGORA. A literatura costuma designar essa característica de um perfeito como *U-perfect* ou *universal perfect*. Esta designação, contudo, mistura a caracterização nocional (estender-se até o momento de referência) com a maneira de teorizar sobre a noção (quantificação universal), e por isso será evitada.

³“Perceber” poderia ser também um estado, mas o contexto dos exemplos sugerem que a autora se refere à leitura de culminação neste caso.

Estamos de acordo com as intuições da autora quanto ao fato de que as sentenças em (1) e (2) podem ser empregadas adequadamente em situações em que a eventualidade tenha cessado (ligeiramente) antes do momento de enunciação. Discordamos, contudo, de que tais exemplos formem uma categoria semântica distinta da de exemplos como (3), em que a eventualidade (neste caso, a iteração de *chegar tarde*) se estende explicitamente até o momento da enunciação.

(3) Tenho chegado tarde desde que entrei na faculdade até hoje.

Esta seção se propunha à caracterização pré-teórica do p.p.c., apresentando fenômenos pelos quais esse tempo verbal se manifesta. O parágrafo anterior, porém, expõe uma discordância de Molsing, não quanto a seus julgamentos dos exemplos, mas quanto à sua explicação deles. Esta intrusão teórica nesta seção é, contudo, justificável, por não se relacionar a nenhuma minúcia da explicação do fenômeno, mas sim à delimitação das facetas do significado verbal de que este estudo não se ocupará.

Assim, a possibilidade de que a eventualidade não se estenda até o momento da enunciação será tratada como uma questão alheia à semântica propriamente dita do p.p.c., dizendo respeito à escolha do p.p.c. para a descrição de um dado estado de coisas. Refere-se, portanto, ao uso do p.p.c. numa situação enunciativa específica e ao pareamento de sentenças com situações do mundo referencial, e não ao significado invariável que se pode atribuir ao p.p.c. independentemente do seu contexto de uso. Essa operação se assemelha à da verificação de valores de verdade, sendo uma operação pragmática, psicológica e cognitiva que excede o âmbito da semântica teórica. O assunto é pedregoso e comportaria maior desenvolvimento. Para os fins desta seção, contudo, que visa somente a delimitar de quais fenômenos linguísticos cumpre à semântica e, em especial, a este trabalho, tratar, talvez seja esclarecedora uma analogia com o domínio da semântica lexical:

(4) A: Onde está a bola?

B: Que bola?

A: A bola azul.

Em (4), se a bola de que fala A for uma bola de pintas amarelas sobre um fundo azul dominante, ou se for uma bola com gomos azuis e pretos, ou se além disso tiver um emblema de um clube de futebol, nem por isso B estará em dificuldades para identificá-la se a vir. E, se por acaso identificar a bola errada — supondo-se que B esteja agindo de forma conversacionalmente cooperativa, no sentido de Grice —, não reclamará com A por descrever a bola de forma enganosa, atribuindo o adjetivo “azul” a uma bola que não o era. Neste exemplo, está claro desde já que não seria possível postular que “azul” fosse ambíguo entre os infinitos significados que “azul” poderia ter, a ponto de recobrir todas as

interpretações selecionadas nas infinitas situações referenciais e enunciativas em que pode ser usado. Postular a vagueza do significado de “azul” também não seria útil porque se trataria de uma vagueza de carácter trivial: não há expressão na língua que não seja vaga em alguma medida, mas capitular a tal vagueza tão principal como ponto de partida para a teorização é equivalente a negar à semântica teórica qualquer papel na explicação do significado linguístico. Já ignorar tal vagueza, como opção metodológica, permite, por exemplo, apreciar o carácter de tautologia da sentença: “Se a bola é azul então a bola não é preta.”, que reconhece que a língua define duas categorias na categorização COR que são mutuamente excludentes: a propriedade SER-AZUL e a propriedade SER-PRETO.

A possibilidade de a sentença no p.p.c. poder ser seguida por uma adversativa como em (1a) e (1b) é interpretada por Molsing como uma confirmação de sua hipótese de que a persistência da eventualidade até o momento da enunciação seja tão-somente uma implicatura, e não uma parte da asserção do p.p.c., pois é característica das implicaturas a possibilidade de cancelamento, enquanto a tentativa de cancelar uma parte da asserção conduziria a uma contradição. Entretanto, é preciso ter em conta que há contradições que também são julgadas adequadas pelos falantes de uma língua. Novamente, uma analogia com o domínio nominal será esclarecedora:

- (5) [A professora informa à diretora da escola sobre a visita de uma classe de alunos ao museu:]
- a. [A classe é formada por cerca de 35 alunos.]
 - Foram todos, só não foram o André e a Mariana.
 - b. # [A classe é formada por 5 alunos.]
 - Foram todos, só não foram o André e a Mariana.

Em (5a), “todos” pode ser usado pragmaticamente para descrever a situação em que *quase todos* foram, especialmente se seguido de expressão que torna mais precisa a quantificação (“só não foram...”). Conforme a situação se vá afastando de TODOS, contudo, a sentença será julgada cada vez menos aceitável, como em (5b), que só seria admissível se a intenção fosse humorística ou irônica.

Ademais, a aceitabilidade dos exemplos (1a) e (1b) é reduzida com pequenas substituições. Em primeiro lugar, a substituição de *mas não vou mais* pelo verbo da oração precedente *mas não corro/chego mais*. Com estas substituições, os exemplos soam já mais estranhos. A razão é possivelmente o fato de que *não vou mais* é tanto forma futura anômala quanto a presente, uma vez que não se diz **não vou ir mais*. Mesmo a última substituição, porém, não elimina a possibilidade de uma leitura de presente-futuro, que não traria informações sobre a cursividade ou não do p.p.c. Um adjunto de tempo eliminaria a polissemia do presente do indicativo em relação a PRESENTE e FUTURO, por

exemplo “atualmente”. Esta última substituição torna os exemplos ainda menos admissíveis. A sequência de modificações dos exemplos (1a) e (1b) será resumida em (6) abaixo, onde o número de interrogações representará a crescente estranheza da sentença.

- (6) a. ?Eu tenho corrido aqui mas não vou mais. [de (1a)]
b. ??Eu tenho corrido aqui mas não corro mais.
c. ???Eu tenho corrido aqui mas atualmente não corro mais.

Molsing, como herança de Iatridou et al. (2001) e Pancheva (2003), refere-se à cursividade como “inclusão do ponto de referência” (que, no p.p.c. e no *present perfect*, coincide com o ponto de enunciação). Entretanto, essa formulação que envolve *pontos* ou *momentos* de tempo pode conduzir a dificuldades teóricas. Essas dificuldades são exemplos das dificuldades apontadas por Klein (1994), ao afirmar que a modelagem do tempo pelos números reais introduz estrutura excessiva no conceito de tempo tal como refletido na língua.

De fato, a língua não conceptualiza a diferença entre os intervalos de tempo $[a, b]$ e $[a, b[$, isto é, o intervalo de a a b respectivamente fechado e aberto à direita, onde $[a, b[= [a, b] - \{b\}$. Do ponto de vista matemático, o comprimento (duração) do intervalo permanece inalterado depois da subtração do ponto extremo direito, mas não faz sentido, linguisticamente, dizer que uma eventualidade tenha a mesma duração que outra que se iniciou simultaneamente e se estendeu para além dela. Assim, estender-se ou não até o momento de referência implica respectivamente não haver ou haver um *intervalo* de tempo (por curto que seja) imediatamente antes do AGORA em que a eventualidade ou parte dela não exista. Basta que esse intervalo receba qualquer tipo de saliência discursiva para que as sentenças já soem menos aceitáveis.

- (7) a. ?Eu tenho corrido aqui mas desde ontem não corro mais.
b. ?Eu tenho corrido aqui mas há dois dias não corro mais.
c. ?Eu tenho corrido aqui mas há uma semana não corro mais.

A posição adotada neste trabalho, portanto, será de ignorar — para efeitos da teorização semântica — o efeito apontado por Molsing nos exemplos (1) e (2), atribuindo-os a *folga pragmática* (“*pragmatic slack*”) presente nas situações de uso. O grau de folga pragmática pode ser marcado por recursos codificados linguisticamente. O uso do advérbio “ultimamente”, nos contextos apontados por Molsing, pode ser considerado um exemplo dessa marcação, semelhante a “em ponto” na indicação da hora do dia.

Também Juliana Bertucci Barbosa, nos trabalhos de 2003 e 2008, trabalhos escritos com base num quadro teórico bastante diverso do adotado no presente trabalho, afirma que:

(...) expressar um evento que tem início no passado e se estende/continua até o presente é simplesmente uma possibilidade que o Pretérito Perfeito Composto deixa aberta, não necessariamente o emprego dessa forma composta expressa um evento que se estende até o momento presente. (Barbosa (2008), pág. 95)

Seus argumentos em defesa desta afirmação têm origens variadas, mas parecem apoiar-se mais importantemente sobre o fato de que outros tempos morfológicos portugueses podem ter o mesmo valor de se estender até o presente. Estes argumentos, contudo, parecem só reforçar o fato de que o p.p.c. não tem a prerrogativa, dentre os tempos verbais, de indicar eventualidades iniciadas no passado que se estendem até o presente. Não é claro como a existência de outros tempos verbais com características semelhantes poderiam contribuir para negar ao p.p.c. este valor, que estamos chamando de *curividade*. O exemplo que parece condensar mais cabalmente as convicções de Barbosa (2008) quanto às características temporais do p.p.c. é:

(8) Tenho escrito a carta. [Barbosa (2008), pág. 92]

Sobre o exemplo (8), Barbosa afirma:

Ao contrário do que postulam Fiorin (1994) e Cano (1998), não necessariamente o evento expresso pelo PPC marca um valor “inacabado”. [...] o evento “escrever” não está obrigatoriamente em curso no momento em que o falante enuncia a frase (o falante não está necessariamente escrevendo a carta quando o falante produz essa frase), embora a carta esteja inconclusa. (Barbosa (2008), pág. 92)

Contudo, o requisito de estender-se até o presente imposto pelo p.p.c. não se aplica às ocorrências singulares de escrever que se iteram, mas aplica-se sim ao evento plural único formado pelas iterações de momentos de escrita da carta. Afirmar que este evento plural está em curso não depende de que uma das iterações de escrever esteja ocorrendo no momento da enunciação. Ao contrário: é justo o fato de a carta estar inconclusa que garante que o evento plural das iterações ainda não se encerrou (pois só se encerrará quando a carta estiver completa) e, portanto, está em curso no presente, isto é, estende-se até o presente, contra o que a autora procurava argumentar.⁴

Barbosa (2008) cita ainda Comrie (1985) para apoiar sua convicção de que não faz parte do significado do p.p.c. a obrigatoriedade de que a eventualidade nele expressa se estenda até o presente:

⁴Estas questões serão retomadas e devem se tornar mais claras na seção 2.1.3, pág. 30, mais adiante.

Thus the sentence *Ele tem estudado muito ultimamente* indicates that he started studying in the not too distant past, established a habit of studying, and that this habit has continued up to the present moment — although it may be that the habit has now come to an end, just before the present moment. Thus the time reference of the Portuguese perfect is past; we need to identify a point in time in the not too distant past (the verb form does not further specify which point in time), and a point in time infinitesimally prior to the present moment; the time reference of the Portuguese perfect then covers the whole span from one of these time points to the other. (Comrie (1985), pág. 100–101)

Como já defendido anteriormente, a falta de um ponto matemático ou geométrico, equivalente ao “passado infinitesimal” mencionado por Comrie, não descaracteriza a cursividade do p.p.c. Os mesmos argumentos apresentados na discussão de Molsing mais acima nesta mesma seção (*vide* pág. 25), aplicam-se, a meu ver, igualmente às observações de Comrie. É de se notar, ainda, que, no mesmo trecho reproduzido acima, Comrie diz textualmente que *this habit has continued up to the present moment*, o que parece sugerir que, tampouco para ele, o fato de o hábito se ter encerrado num instante infinitesimalmente passado pode ser tomado como indicação de que a eventualidade deixou de se estender até o presente.

Quanto aos testes para esta caracterização temporal do p.p.c., parecem ser bastante triviais, tais como a *admissibilidade de adjuntos de localização temporal*: Não são admitidos adjuntos de localização temporal que estejam em contradição com a caracterização temporal do p.p.c., isto é, que posicionem a eventualidade num intervalo que não seja no passado ou não tenha a extremidade direita no AGORA.

- (9) a. * O João tem escrito cartas até a semana que vem.
b. * O João tem escrito cartas até a semana passada.
c. * O João tem escrito cartas a partir de agora/hoje/amanhã.

(9a) e (9b) ilustram a violação da condição de que a fronteira direita do evento coincida com o AGORA (*cursividade*); (9c) ilustra a violação da condição de que a fronteira esquerda do evento deve estar no passado (estrito). Todas as sentenças de (9) são fortemente aversivas aos falantes de português do Brasil.

Autores portugueses (Mateus et al., 2003; Oliveira and Leal, 2012, por exemplo) relatam o uso do p.p.c. com referência a um tempo diferente do AGORA. Em (10a), (10b) e (10c), o p.p.c. se refere a um tempo futuro; em (10d), refere-se a um momento de referência iterativo. Se observamos, por um lado, que há pouca variedade nos exemplos desses autores, não nos cabe, por outro lado, confirmar ou não a produtividade, frequência de

uso e vitalidade desse uso do p.p.c. em português de Portugal. Não é claro, tampouco, em que medida a partícula *já* anteposta ao sujeito é parte obrigatória da construção (uma vez que todos os exemplos de (19) a contêm). É, porém, bastante segura a afirmação de que esse uso é *agramatical* em português do Brasil contemporâneo, a despeito do fato de o p.p.c., o presente-futuro e o presente habitual serem de uso corrente nessa variedade de português.⁵

- (10) a. * Quando a Maria chegar, já o João tem almoçado.
[Oliveira and Leal (2012)]
- b. * Quando a Ana regressar de Groningen, já tu tens acabado a tese.
[Laca (2010)]⁶
- c. * Quando a Ana chegar a casa da Maria, já o Rui a tem visitado.
[Mateus et al. (2003)]
- d. * Sempre que a Ana chega a casa da Maria, já o Rui a tem visitado.
[Mateus et al. (2003)]

2.1.2 Duração do evento ou estado

Do fato de a eventualidade expressa no p.p.c. estender-se até o AGORA, contudo, não decorre que o p.p.c. expresse uma eventualidade que só ocorre nas proximidades do AGORA. Em outras palavras, o p.p.c. não traz restrições quanto ao comprimento do intervalo (sua duração) durante o qual se desenrola — iterativamente ou continuamente — a eventualidade expressa pelo verbo. Esta caracterização está em desacordo com o defendido para o português de Natal (RN) em Hofherr et al. (2010) e em acordo com o defendido para o português de Portugal em Oliveira and Leal (2012). Estas últimas autoras observam ainda que o p.p.c. não traz, por si só, qualquer asserção sobre a duração desse intervalo, que, à falta de um adjunto apropriado, terá sua extremidade esquerda indeterminada. Tanto a liberdade da amplitude admitida para o intervalo da eventualidade quanto a ne-

⁵Este tipo de p.p.c. não será mais considerado no resto deste trabalho. Antes de abandonar o assunto, porém, convém deixar aqui registrado que os autores portugueses que citam tais exemplos afirmam que os exemplos em (10) perdem sua leitura iterativa, assim como ocorre com a perífrase de perfeito quando o auxiliar está em qualquer outra forma que não o presente do indicativo. É de se perguntar se o que é perdido não vai além da iteratividade, englobando qualquer traço de *perfectude*. A confirmar-se a descrição dos mencionados autores, é como se a presença ou ausência de *perfectude* no significado da perífrase *ter+part.pass.inv.* se vinculasse diretamente com o AGORA, independentemente da sua manifestação morfológica. De fato, a leitura em português de Portugal de exemplos como (19) parece ser, com base no que se pode depreender de comentários encontrados nos textos, não uma das leituras de perfeitos não-cursivos disponíveis em inglês (de resultado, de passado recente, de experiência), mas uma leitura de simples anterioridade, isto é, uma leitura de *pretérito* (não de *perfeito*), como a que se observa no pret.+perf., também em português do Brasil.

⁶Laca (2010) aponta este exemplo como inaceitável. Oliveira and Leal (2012) o reproduz para defender que é perfeitamente aceitável em português de Portugal.

cessidade de adjuntos para a fixação de sua fronteira esquerda valem tais e quais para o português do Brasil e são exemplificados pela sentença (11) abaixo, que se pode combinar com qualquer um dos adjuntos entre parênteses ou com nenhum deles.

- (11) (✓∅/✓Nos últimos anos/✓Nas últimas semanas/✓Nos últimos minutos,
o mar tem chegado até ao paredão. [Oliveira and Leal (2012)]

Embora o comprimento do intervalo por que se estende a eventualidade não esteja sujeito a restrições impostas diretamente pelo p.p.c. em si, há restrições que se originam da incompatibilidade entre, por um lado, a conformação temporal própria das eventualidades expressas no p.p.c. e, de outro, dados relativos à dinâmica das eventualidades e sua interconexão, pertencentes ao conhecimento de mundo tal como compartilhado pelos falantes da língua.

- (12) a. # A Rosa tem feito viagens internacionais há um dia.
b. # A seleção natural tem aprimorado o genoma humano na última semana.

A sentença (12a) é inadequada, não por uma restrição atribuível ao p.p.c. em si, mas pelo conflito entre, por um lado, a exigência (neste caso, aspectual, *vide* seção 2.2 abaixo) do p.p.c. de suficientes iterações para que tais iterações se configurem como um *hábito* e, por outro lado, o dado de conhecimento compartilhado de que (ao menos se partindo de uma cidade como São Paulo) qualquer viagem internacional já tomará mais do que um dia. O exemplo (12b) reforça o mesmo ponto, mas numa escala temporal mais ampla. Neste caso, estão em jogo, de um lado, a mesma restrição do p.p.c., relativa à necessidade de configuração de uma habitualidade e, de outro, dados de conhecimento compartilhado entre falantes sobre a dinâmica da evolução das espécies.

Em consonância com o propósito desta seção, de caracterizar empiricamente o p.p.c. em comparação com outras caracterizações anteriores, convém ainda enfatizar que as sentenças apresentadas por Hofherr et al. (2010) como inaceitáveis para o português nordestino são perfeitamente adequadas para o português de São Paulo e, acreditamos, para qualquer português que se pudesse intitular “padrão do Brasil”, tal como o refletido nas redes nacionais de televisão, por exemplo:

- (13) a. ✓Eu tenho feito as camas desde as oito da manhã
b. ✓Ela tem perguntado por você toda a manhã.
c. ✓Maria tem tossido muito desde ontem.
[todas as sentenças estão marcadas “#” em Hofherr et al. (2010)]

2.1.3 Efeitos de sobrevivência e repetibilidade

Em inglês, é muito conhecido o exemplo (14), atribuído a Chomsky (1970), que ilustra a impossibilidade do uso de *present perfect* quando o sujeito da oração não está mais vivo. Tais efeitos recebem a designação de *lifetime effects*, que será traduzida como “efeitos de sobrevivência”.

- (14) a. # Einstein has visited Princeton.
b. Princeton has been visited by Einstein.

Em contraste com (14a), é aceitável a sentença (14b), supostamente descritiva do mesmo estado de coisas. A readequação da sentença (14a) por meio da demissão do agente para um constituinte não topicalizado poderia sugerir que somente o participante topicalizado desencadeia o efeito de sobrevivência, isto é, que bastaria que o participante topicalizado estivesse vivo para que a sentença fosse adequada no *present perfect*. Entretanto, o processo exemplificado em (14) não pode ser generalizado.

- (15) [As sentenças abaixo, ditas depois do encerramento da exposição.]
a. # He hasn't seen the Abaporu at the Tarsila do Amaral exhibition.
b. # Have you visited the exhibition? [McCawley (1971)]

Embora, nos exemplos (15), o ente não sobrevivente (a exposição) compareça respectivamente como adjunto (15a) e objeto direto (15b), ainda assim as sentenças são inadequadas em razão do efeito de sobrevivência.⁷ Estas observações sugerem, portanto, que o requisito imposto pelo *present perfect* de sobrevivência dos participantes da eventualidade no AGORA necessitaria ser substituído por um requisito mais geral que o abarcasse, tornando-o redundante. Tal requisito é chamado de *repetibilidade* e se consubstancia na necessidade de a eventualidade poder ser repetida no AGORA. A não sobrevivência de um participante é evidentemente um caso especial de não-repetibilidade. Entretanto, a satisfação deste requisito de repetibilidade pode não estar estritamente relacionado com a sobrevivência dos participantes da eventualidade.

- (16) a. # [Antônio foi encarcerado ontem para cumprir uma pena de anos.]
— O Antônio tem-me visitado.

⁷A possibilidade de readequação de uma sentença no *present perfect* por meio da passivização se deve, ao menos em parte, ao fato de o exemplo (14) corresponder a um *perfeito de experiência* em inglês (*vide* seção 1.3). Esse tipo de perfeito, inexistente em português, tem um efeito semelhante ao de se acrescentar um novo item ao *curriculum vitae* do agente. No caso em questão, é como se Einstein passasse a ter a propriedade TER-VISITADO-PRINCETON. Contudo, tanto em inglês como em português, é inadequado enunciar características de pessoas já falecidas no tempo presente: # *Einstein is rather short*.

b. #[O batizado foi ontem.]

— Temos pensado tanto num nome de menina...⁸

As sentenças de (16) permanecem inadequadas mesmo que todos os participantes estejam vivos no AGORA. A inadequação advém, em (16a), do fato de Antônio não poder mais fazer, no AGORA, as visitas que vinha até então fazendo, e, em (16b), da impossibilidade de se continuar a cogitar sobre alternativas de nomes, depois de o nome já ter sido fixado definitivamente.

Assim como o *present perfect*, também o p.p.c. impõe o requisito da repetibilidade, como se pode verificar pelo exemplo (16). Todavia, a existência do requisito de repetibilidade parece menos surpreendente em português do que em inglês, já que, como visto na seção 2.1, o p.p.c., desde o princípio — em contraste com o *present perfect* — já se restringe à expressão situações que persistem até o AGORA (correspondente à leitura de *perfeito de situação persistente* do inglês, *vide* 1.3). Diante disto, é de se perguntar se o requisito de repetibilidade não seria redundante para p.p.c., em face da restrição de persistência da eventualidade até o AGORA. A discussão desta questão não tem lugar neste capítulo sobre a caracterização empírica do p.p.c. Para já, bastará salientar a diferença existente entre os dois requisitos por meio de um exemplo:

(17) Tem havido congestionamentos na Rodovia do Imigrantes nos últimos meses.

[iterativo]

Em (17), considere-se que há, por um lado, os múltiplos eventos dos congestionamentos individuais, cada um com sua duração própria, e, de outro lado, a sequência dos congestionamentos que se estende pelos últimos meses. O requisito de persistência da eventualidade até o AGORA, próprio do p.p.c., recai sobre a sequência dos congestionamentos; o requisito de repetibilidade recai sobre os congestionamentos individuais. De fato, (17) seria perfeitamente adequada se dita num momento em que não há congestionamento, mas isto não significaria a violação do requisito de persistência da sequência de congestionamento até o AGORA. De fato, a eventualidade estado-iteração da sequência dos congestionamentos tem uma conformação que admite lacunas. O AGORA pode simplesmente coincidir com uma dessas lacunas sem que isso signifique obrigatoriamente o término da sequência (que estamos chamando informalmente de estado-iteração). Quanto à repetibilidade, imagine-se que um túnel ruiu e terá de ser reconstruído numa obra que

⁸Aos leitores de língua materna portuguesa a quem as sentenças (16) pareçam adequadas, talvez o cotejo com as seguintes sentenças os faça concordar com o juízo de inadequação: a) ✓ — *O Antônio vinha-me visitando.* b) ✓ — *Vínhamos pensando tanto em nomes de menina...* O fato de a impossibilidade de repetição ter começado a vigorar recentemente (ontem) pode confundir os julgamentos mas, assim como na argumentação em defesa da cursividade do p.p.c. (seção 2.1.1), atribuímos este efeito a folga pragmática.

levará meses. Neste caso, a estrada será bloqueada e nenhum veículo circulará mais por ela, tornando os congestionamentos irrepitíveis no AGORA. Nesta situação, a enunciação da sentença (17) passará a ser inadequada de pronto pela impossibilidade da repetição de congestionamentos.

Evidentemente, também a sequência de congestionamentos terá deixado de estender-se até o AGORA. Em suma, para o p.p.c., a falta da repetibilidade (dos eventos reiterados) no AGORA acarreta a falta da persistência (da iteração) até o AGORA. A questão será reexaminada no capítulo 4, mas a manutenção das duas restrições separadas é conveniente para a comparabilidade entre as línguas.

2.2 Aspecto

2.2.1 Geral

Esta seção se refere à caracterização do p.p.c. quanto ao aspecto, concebido de forma larga, como a organização temporal interna da eventualidade (Comrie, 1976). Esta concepção não é compatível com a concepção de aspecto das teorias neo-reichenbachianas. Naquelas teorias neo-reichenbachianas que consideram *momentos* no tempo, o aspecto é definido como a relação de precedência ou sucessão temporal entre o momento de referência e o momento do evento. Pode-se dizer que, nesse tipo de teoria, há uma redução do aspecto a relações temporais, e esta noção de aspectualidade tem muito pouco em comum com a concepção larga de aspectualidade adotada nesta seção. Nas teorias neo-reichenbachianas que consideram *intervalos* de tempo, o aspecto é definido, para além das relações de precedência, também por meio de relações de *continência* entre o *intervalo* de referência e o *intervalo* da eventualidade. Este último tipo de teoria já capta alguns elementos da concepção nocional de aspectualidade que serve de base a esta seção, mas esses elementos são ainda insuficientes para a caracterização do p.p.c. por não contemplarem a maneira da duração: se contínua ou iterativa.⁹

Em primeiro lugar, como se depreende da caracterização temporal do p.p.c. da seção anterior, é preciso dizer que por essa forma verbal não se expressam eventualidades pontuais (a menos que iteradas). Essa restrição decorre diretamente da caracterização temporal do p.p.c. (*vide* seção 2.1 acima), pois a fronteira esquerda do tempo da eventualidade deve estar no passado estrito e a fronteira direita deve coincidir com o AGORA (isto é, o presente estrito). Disto resulta que não se pode exemplificar a agramaticalidade de eventualidades caracterizadas aspectualmente como pontuais no p.p.c. que já

⁹Convém enfatizar mais uma vez que a terminologia aqui adotada diverge da adotada em boa parte da literatura em português sobre o tema. O termo “durativo” tradicionalmente costuma ser usado para significar *contínuo* (Ilari, 2001b, por exemplo). Aqui, “durativo” é simplesmente *não-pontual*.

não estejam em violação dos requisitos temporais. O exemplo (18) abaixo ilustra não só a impossibilidade de eventualidades pontuais (uma ocorrência única), como uma restrição do p.p.c. mais geral do que essa, qual seja: a impossibilidade de eventualidades repetidas um número definido qualquer de vezes. [[voltaremos à questão mais adiante]]

(18) Ele tem tido dificuldades (*uma única vez)/(*200 vezes).

As eventualidades, portanto, *extensas* (não pontuais) expressas pelo p.p.c. podem ser contínuas, como nos exemplos (19), ou iterativas, como nos exemplos (20). A manifestação da maneira de duração está relacionada com a classe accional do verbo (Ilari (2001b), Hofherr et al. (2010), etc.), mas a classe accional não determina totalmente essa maneira de duração.

- (19) a. O João tem sido feliz na Europa. [estado, contínuo]
 b. A paciente tem-se empenhado muito na última meia hora, mas pelo visto teremos mesmo que recorrer a uma cesariana. [processo, contínuo]
- (20) a. A Maria tem chegado em primeiro lugar. [culminação, iterativo]
 b. O João tem ido à escola de ônibus. [processo culminado, iterativo]
 c. O menino tem espirrado desde ontem. [ponto, iterativo]

Por definição, as eventualidades télicas não admitem leitura contínua no p.p.c., suscitando, portanto, sempre interpretações iterativas.¹⁰ As eventualidades atélicas admitem a leitura contínua, mas podem ter leitura iterativa também. Em resumo, as eventualidades télicas (culminações e processos culminados, respectivamente exemplos (20a) e (20b)) têm leitura exclusivamente iterativa no p.p.c. Em contraste, a atelicidade de um predicado atélico (estados e processos, respectivamente exemplos (19a) e (19b)), por si só, não exclui nem leituras iterativas, nem contínuas.

- (21) a. O Pedrinho tem estado triste (na saída da escola). [estado, iterativo]
 b. A Helena tem corrido (à noite). [processo, iterativo]

(21) exemplifica a leitura iterativa das classes atélicas no p.p.c. Os adjuntos deixam clara a iteratividade, mas não são necessários para a obtenção da leitura iterativa. As versões das sentenças sem os adjuntos são bem formadas e pragmaticamente adequadas, ainda que a

¹⁰Dados um predicado verbal lexical P de classe accional primária (excluídas, portanto, as classes derivadas, tais como progressivos, frequentativos e habituais) e uma eventualidade e' , tal que $P(e')$ é verdadeiro, diz-se que P é télico se existe uma eventualidade e'' , tal que e'' é um subevento de e' e $P(e'')$ é falso. Ora, a leitura contínua se caracteriza pela ausência de interrupções da eventualidade e' . Assim, não poderia existir um subevento e'' tal que $P(e'')$ fosse falso, contrariamente ao que exige a definição de predicado télico. A conclusão é que não há leitura contínua possível do p.p.c. para predicados télicos (não-derivados).

omissão do adjunto pareça afetar os dois exemplos de forma diferente. Fora de contexto, como sentenças isoladas, (21b) soa estranha sem o adjunto e (21a) fica perfeitamente normal. Quanto à iteratividade da leitura, (21b) permanece preferivelmente iterativa mas (21a), talvez com variações de informante para informante, passa a ser vaga quanto à distinção iterativo/contínuo.

No interesse de deixar claros os fatos da língua considerados neste trabalho, convém neste ponto enfatizar que não julgamos como exemplo de leitura contínua a sentença frequentemente citada (22a). Para efeitos deste trabalho, (22a) será considerada, quando muito, uma sentença vaga quanto à distinção iterativo/contínuo, mas a interpretação mais imediata, talvez com variações entre falantes individuais, é uma leitura oscilante, em que João está enfermo, ora mais, ora menos doente. A interpretação de (22a) contrasta com a de (22b), em inglês, que, com um adjunto obrigatório, tem leitura contínua.¹¹ Sendo assim, a tradução mais adequada de (22b) para o português é (22c) e não (22a). Uma sentença como (22d), formulada com o tempo morfologicamente análogo ao de (22c), é uma sentença *agramatical* em inglês, embora muito encontrada entre falantes de inglês como língua segunda (vide seção (7) e nota de rodapé 12, Cap. 1).

- (22) a. O João tem estado doente desde a semana passada. [iterativa ou oscilante]
b. John has been sick since last week. [contínua]
c. O João está doente desde a semana passada. [contínua]
d. * John is sick since last week.

Em resumo, para efeitos deste trabalho, a sentença (22b) será considerada um exemplo de leitura contínua do *present perfect*; a sentença (22a) *não* é um exemplo de leitura inequivocamente contínua do p.p.c., embora frequentemente citada como tal (Molsing (2010); Oliveira and Leal (2012); Medeiros (2015), *inter alios*).

Determinar quais são os ingredientes linguísticos e situacionais que levam a uma ou a outra leitura, nos casos em que ambas são admitidas (eventualidades atélicas), é uma das principais questões teóricas em torno do p.p.c. Ilari (2001b) alude a uma disputa teórica histórica entre Boléo (1937) e Viana (1903) sobre a natureza do p.p.c., se contínua ou iterativa (vide 3.1, pág. 41). Aqui a atenção está voltada para os fatores que determinam ou favorecem uma ou a outra leitura.

¹¹A rigor, Dowty propôs que orações como (22b) são ambíguas entre uma leitura cursiva e uma leitura não-cursiva. A leitura não-cursiva poderia ser parafraseada como: *Dentro da última semana, houve pelo menos uma ocasião em que John esteve doente*. Todavia, as leituras não-cursivas do inglês não estão sendo consideradas para fins de contraste, pois essas leituras são inexistentes em português (cf. 2.1, pág. 22). Segundo Dowty, somente as sentenças como (22b) com o adjunto de tempo preposto ao sujeito são inambiguamente cursivas. Estas observações de Dowty, embora não gozem de unanimidade, são largamente aceitas por grande número de autores.

A seguir, algumas observações empíricas (embora não estatisticamente validadas) sobre a seleção da leitura iterativa ou contínua.

Inicialmente, cabe apontar explicitamente que os julgamentos relativos às duas alternativas de interpretação do p.p.c. estão sujeitos a grande instabilidade. Tanto há desacordo entre informantes em relação à leitura de determinadas ocorrências do p.p.c., quanto há hesitação individual dos falantes na classificação das ocorrências entre iterativas ou contínuas. À primeira vista, é intrigante observar tal flutuação entre duas categorias semânticas costumeiramente tratadas como mutuamente excludentes. Propomos que essa aparente falha na obtenção de juízos claros sobre a distinção iterativo/contínuo seja valorizada como informativa do funcionamento da língua, levantando a seguinte hipótese: o p.p.c. — com verbos atélicos — não é somente vago no sentido de que seu significado não é totalmente especificado gramaticalmente, mas o p.p.c. pode também ser *interpretado* vagamente, numa leitura que é, portanto, indeterminada entre iterativa e contínua. Tal indeterminação não precisa ser resolvida (pragmaticamente) de imediato na interpretação das sentenças que contêm um verbo atélico no p.p.c.

As leituras iterativas e contínuas são favorecidas ou desfavorecidas, tanto por fatores gramaticais quanto pragmáticos. Dentre os fatores gramaticais, encontra-se a já citada distinção de classe aspectual télico/atélico, uma vez que, a depender dessa categorização gramatical, o predicado terá interpretação obrigatoriamente iterativa (téllicos) ou não (atélicos). Dentre os predicados atélicos, a obtenção de leitura iterativa ou contínua é, por sua vez, novamente favorecida ou desfavorecida por fatores gramaticais e pragmáticos: dentre os fatores gramaticais estão, por exemplo, a seleção da cópula entre ser/estar(/ficar) em predicados nominais:

- (23) a. Ele tem sido feliz.
b. Ele tem estado feliz.

A cópula com ser, (23a), tende a expressar propriedades mais permanentes do sujeito; as cópulas com estar (23b), tendem a expressar estados mais passageiros. Em consonância com esses significados, (23a) tende a ter leitura contínua e (23b), leitura iterativa. Contudo, esta distinção gramatical é somente um dos fatores que contribuem para a interpretação do p.p.c. A atuação de outros fatores, poderia contrariar a influência da classe da cópula.

- (24) a. Ele tem sido feliz nos seus sucessivos casamentos.¹²
b. ? Ele tem estado feliz desde que
lhe administraram os sedativos.

¹²Não estamos considerando *ser feliz* como *ser bem sucedido numa decisão*, como em: *Ele foi feliz nos seus comentários à imprensa*.

Em (24a), a interpretação se torna decididamente iterativa pela explicitação da sucessão de estados de felicidade por meio de um adjunto de tempo. Em (24b), como já comentado para (22a), embora o adjunto propicie uma leitura contínua, tende-se a supor que haja alguma oscilação no estado de felicidade. Para a dificuldade de obtenção de uma leitura decisivamente contínua neste caso, devem estar contribuindo: a cópula “estar” (em vez de “ser”); o fato de que “feliz” é graduável e não categórico. Pode-se estar mais ou menos feliz; ao passo que não se pode estar em maior ou menor medida *em casa* ou, ainda, mais ou menos *grávida*. Este é um efeito que se deve observar de forma generalizada em cópulas “estar”, que deve relacionar-se à competição com o presente do indicativo (*p.i.*).

2.2.2 Fatores que contribuem para a interpretação do *pretérito perfeito composto* quanto à distinção iterativo/contínuo

Dentre os fatores que podem contribuir para uma ou outra leitura, podemos citar (nem todas serão desenvolvidas):

- Seleção do verbo de ligação — *ser/estar(/ficar)* — em sentenças de predicado nominal
- Adjuntos de tempo e modo
- Inferências baseadas na distinção processo/estado
- Inferências baseadas na dinâmica dos eventos e estados envolvidos no discurso
- Inferências baseadas no imbricamento na argumentação
- Gradabilidade do predicado lexical

Seleção do verbo de ligação — *ser/estar(/ficar)* — em sentenças de predicado nominal

A sintaxe de certas línguas — dentre elas o português e o inglês, mas não, por exemplo, o japonês — exige a mediação de um verbo de ligação em todas as orações nominais. A seleção de um certo verbo de ligação, em detrimento de todos os demais de que a língua disponha, contribui, via de regra, significados diversos à interpretação da oração, por exemplo, nas categorias de pluracionalidade, evidencialidade, aspecto, modalidade, tempo, etc., além de outras sinalizações pragmáticas.

É razoável supor, por outro lado, que as línguas que porventura apresentam tal requisito sintático forçosamente disponham também de recursos que permitam que a satisfação desse requisito, puramente sintático, não tenha reflexos semânticos sobre a interpretação da oração que contrariem a conveniência comunicativa. Em outras palavras, as línguas que exigem verbos de ligação devem dispor de verbos de ligação não-marcados seman-

ticamente, isto é, com conteúdo semântico relativamente reduzido (senão nulo), apenas para a satisfação do requisito sintático.¹³

- (25)
- a. Ele continua triste.
 - b. Ele anda triste.
 - c. Ele acaba triste (depois de cada tentativa.)
 - d. Ele está/é triste.

O exemplo (25) contém sentenças que só diferem entre si pela seleção do verbo de ligação, aqui entendido, de forma larga, como o verbo que exerce a função de mediar sintaticamente a predicação do sujeito pelo adjetivo do predicado. (25a), (25b) e (25c) ilustram verbos de ligação marcados, que contribuem, *grosso modo*, o significado, respectivamente, de: pressuposição de ocorrência do mesmo estado de coisas anteriormente; habitualidade e resultado. (25d) ilustra o uso dos verbos de ligação da maior vagueza possível de que dispõe o português para esta situação (não-marcados). Como *triste* admite tanto leitura em nível de indivíduo quando em nível de estágio, a seleção de *ser* ou *estar* terá reflexo na interpretação, que será em nível de estágio com *estar* e em nível de indivíduo com *ser*.

O arrazoado do parágrafo anterior permite a seguinte conclusão, que será finalmente relevante para o assunto desta seção, qual seja, a interpretação do p.p.c.: o grau mínimo de conteúdo semântico que pode ser aportado à interpretação da oração por um verbo de ligação é variável de língua para língua. Em inglês, o verbo de ligação não-marcado por excelência é o verbo *to be*; já em português, todas as orações nominais terão, a princípio, de selecionar entre *ser* e *estar* (ou, eventualmente, *ficar*). Tal seleção de verbos pode efetivamente marcar — ou não — uma distinção semântica. Essa distinção semântica é semelhante à consagrada distinção entre predicação em *nível de indivíduo* e predicação em *nível de estágio* (Carlson, 1977). Em outras palavras, nos casos em que a seleção entre *ser* e *estar* tem relevância interpretativa, a *ser* corresponderá uma significação de predicação em nível de indivíduo e a *estar* corresponderá uma significação de predicação em nível de estágio. Nestes casos, ainda, não haverá, em português, como construir a

¹³Em russo, a cópula não é pronunciada em sentenças ativas no tempo presente; e em turco, a cópula não é pronunciada para a 3ª pessoa do singular em sentenças ativas no tempo presente. A possibilidade da supressão da raiz do verbo de ligação da forma fonológica, quando sua flexão corresponderia a valores *default* (PRESENTE, PASSIVA e 3ª.SING, neste caso) é indício de que a raiz carece de significado, sendo somente um suporte morfológico para os morfemas-desinência, naqueles casos em que os seus valores não são os *default*.

sentença de forma vaga quanto à distinção indivíduo/estágio,¹⁴ ao passo que tal vagueza ainda seria possível em inglês.¹⁵

- (26) a. O João é feliz. (*O João é uma pessoa feliz.*) [nível de indivíduo]
 b. O João está feliz. [nível de estágio]
 (*O João está circunstancialmente feliz, sendo ele uma pessoa caracteristicamente feliz ou não.*)¹⁶

Inferências baseadas na distinção processo/estado

Embora essas duas classes tenham em comum a constituição temporal homogênea (atelicidade), os verbos de processo parecem favorecer a interpretação contínua do p.p.c., se comparados a verbos de estado. É difícil produzir pares mínimos de sentenças que só difiram quanto à classe accional do verbo. Uma vez que, em português, o contraste processo/estado é, via de regra, determinado pela raiz do verbo e não por processos morfológicos, o contraste processo/estado será obtido normalmente com dois verbos diferentes, cujos significados diferirão certamente em muito mais do que na distinção processo/estado. O exemplo (27) a seguir é uma tentativa de produzir duas sentenças que não difiram em muito mais do que a classe accional do verbo.

- (27) [Dito por volta das 10:00.]¹⁷
 a. Desde o acidente hoje cedo, o guarda tem estado no cruzamento. [estado]
 b. Desde o acidente hoje cedo, o guarda, a duras penas, tem estado deliberadamente no cruzamento. [≈ processo]
 c. Desde o acidente hoje cedo, o [[velho e trôpego]] guarda, a duras penas, tem-se mantido deliberadamente no cruzamento. [processo]

¹⁴Salvo, é claro, por meio de reformulações mais abrangentes da oração: substituição por oração de predicado verbal; substituição por um verbo de ligação vago para a distinção indivíduo/estágio, mas, neste caso, mais marcado do que ser/estar para outra dimensão de significado. Um exemplo deste último tipo de reformulação é a passagem de (25d) para (25a). O verbo *continuar* é mais vago do que *ser* ou *estar* quanto à distinção indivíduo/estágio, embora evidentemente mais marcado aspectualmente.

¹⁵As línguas germânicas, por outro lado, não dispõem de verbos de ligação para indicar localização espacial que sejam vagos quanto à posição (p.ex. neerlandês: *zitten, staan, liggen, hangen*).

¹⁶Em inglês, embora a categorização indivíduo/estágio não seja marcada pelo verbo de ligação, há outras formas de marcar. A frase *John is happy*, normalmente, tem só o significado em nível de estágio, sendo que a sentença correspondente em nível de indivíduo poderia ser *John is a happy person*.

¹⁷As diversas indicações contextuais e o acúmulo de adjuntos são necessários para controlar a interferência dos outros fatores que influenciam a interpretação quanto à distinção iterativo/contínuo e que são tratados nas seções ref ref e ref. De qualquer forma, parece ser uma característica do p.p.c. que a solução da vagueza quanto à continuidade na interpretação do p.p.c. necessita de contextos relativamente ricos e da conjunção de vários fatores. Ou, dito de outra forma, o p.p.c. tende a manter uma interpretação vaga em todas as sentenças mais simples e em contextos pobres (como nas situações *out-of-the-blue*).

De fato, a noção apontada tradicionalmente como decisiva na distinção entre processos e estados é que os processos exigem um afluxo de energia para a sua manutenção, enquanto os estados se perpetuam por si sós, até que um aporte de energia ponha fim àquele estado, dando origem a um ou mais novos estados (mas minimamente ao estado resultativo trivial de *a-mudança-de-estado-ocorreu*). O acréscimo do adjunto “a duras penas” no exemplo (27) acima equivale a acrescentar um componente de agentividade à sentença estativa (27). A agentividade pressupõe certo afluxo de energia, que, por sua vez, favorece a mudança de classe accional de estado para processo, tornando a sentença (27) mais ou menos equivalente a (27c), a qual já é pacificamente uma sentença de processo.

Embora sejam percepções sutis, a hipótese de que a leitura contínua está favorecida em relação a pode ficar mais nítida se se considera a compatibilidade com adjuntos que indicam repetição, como em (27) abaixo.

(28) [Dito por volta das 10:00.]

- a. Desde o acidente hoje cedo, o guarda tem estado no cruzamento. [estado]
- b. Desde o acidente hoje cedo, o guarda, a duras penas, tem estado no cruzamento. [≈ processo]
- c. Desde o acidente hoje cedo, o guarda, a duras penas, tem-se aguentado no cruzamento. [processo]

Capítulo 3

Alguns textos fundamentais sobre o perfeito português

Nesta seção, à guisa de comentar os três textos, procuro na verdade salientar os pontos que são importantes para a análise, descrição e sistematização da peculiar manifestação do perfeito em português. Embora o texto esteja escrito em terceira pessoa, o exposto reflete com frequência minha interpretação do artigo original, o que inclui por vezes a tradução do seu conteúdo numa terminologia que lhe é estranha ou que se estabeleceu posteriormente à data em que foi escrito.

Na busca bibliográfica não foram identificados outros textos acessíveis especificamente sobre o passado composto que trouxessem subsídios importantes para esta dissertação. Na vastíssima literatura sobre o perfeito das línguas da Europa em geral, o português já foi reconhecido como um caso “exótico”, que justifica, via de regra, não mais do que uma ressalva. O livro de Giorgi and Pianesi (1997), comentado nesta seção, constitui uma exceção, pois se esforça por enfrentar a dificuldade do caso português. Infelizmente, contudo, de posse de dados imprecisos de língua, não alcança resultados convincentes para essa língua.

3.1 O artigo de Ilari (2001b)

- Ilari, Rodolfo. 2001. “Notas sobre o passado composto em português.” *Revista Letras [UFPR]* 55: 129–52.

Neste artigo, o autor afirma que o passado composto já foi objeto de estudo de gramáticos, mas que se constitui num vasto campo ainda a ser explorado. Embora haja muitos dados

ainda a levantar, tratará de delinear o mínimo necessário “para reconstituir formalmente as intuições disponíveis”.¹

Segundo o autor, o passado composto é caracterizado pelos 7 itens abaixo:

1. O PASSADO COMPOSTO português exprime iteração;
2. exprime iteração independentemente de estar presente na oração um advérbio indicando frequência;
3. assume eventualmente um valor de continuidade;
4. diz respeito a um período que começa no passado mas não se conclui no passado;
5. a distinção de um valor durativo e um valor iterativo tem a ver com características aspectuais do predicado, sendo relevante a *Aktionsart* do verbo;
6. o PASSADO COMPOSTO é inadequado não só para descrever fatos que ocorreram uma única vez, mas ainda para descrever a repetição, se se quer ao mesmo tempo explicitar quantas vezes o fato se repetiu;
7. a interpretação e a gramaticalidade de orações no PASSADO COMPOSTO são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais presentes na sentença, e pela ocorrência de adjuntos.

O autor nota que, assim como as interações de escopo que ocorrem entre o predicado e os DPs quantificados no sujeito, interações e ambiguidades semelhantes se encontram entre esses DPs e operadores temporais, tais como o *present perfect* (v. exemplos (1) abaixo)². O PTQ (Proper Treatment of Quantification) de Montague dispõe dos meios para representar a ambiguidade entre as leituras (1a) e (1b) por meio de relações de escopo, como se pode ver pela fórmula simplificada incluída na linha seguinte às duas leituras de (1), em que ora a quantificação sobre intervalos de tempo tem escopo sobre a quantificação sobre indivíduos (exemplo (1a)), ora o contrário (exemplo (1b)).

- (1) a. Todos os generais já foram soldados-rasos.

¹Em consonância com a terminologia gramatical oficial brasileira, o autor chama o tempo verbal expresso pela perífrase *ter + part.pass* de “passado composto”. Nesta seção, que revisa o seu artigo, manter-se-á esta mesma designação, mas no resto do trabalho, este tempo verbal será chamado de *pretérito perfeito composto* (p.p.c.), como tem sido mais difundido na literatura linguística.

²Montague tratava do *present perfect*, mas Ilari apresenta os exemplos traduzidos para o p.p.i. Os exemplos de Montague não são passíveis de tradução pelo passado composto português, o tempo morfológicamente análogo ao *present perfect*. Porém, não há prejuízo para a argumentação porque, de qualquer forma, os tempos, tanto no original como na tradução, se traduzem por uma quantificação existencial sobre intervalos de tempo. No fragmento de gramática formulado por Montague para o inglês, os operadores de passado correspondem sempre ao *present perfect*, não ao *past simple*.

- b. *Já houve um momento em que todos os generais eram soldados rasos.*
 $\exists t \forall x [\text{general}'(x) \rightarrow \text{soldado-raso}'(x, t)]^3$
- c. *Para todo general, já houve um momento em que ele era soldado raso.*
 $\forall x [\text{general}'(x) \rightarrow \exists t [\text{soldado-raso}'(x, t)]]$

O resultado é que a interpretação dessas sentenças põe em relação: a) um único intervalo de tempo t_0 com a coletividade de todos os generais (exemplo (1a)); ou então, b) põe em relação um intervalo de tempo t_i para cada indivíduo_{*i*}, formando assim pares constituídos de 1 general e 1 intervalo de tempo. Estas relações se obtêm devido à conformação do exemplo (1), que se caracteriza essencialmente por:

há um único intervalo de tempo que torna o predicado **ser-soldado-raso'** verdadeiro para cada indivíduo, isto é, não há general que tenha sido soldado-raso em duas ocasiões diferentes ou, dito ainda de outra forma, não há iteração possível do predicado **ser-soldado-raso** para um dado general

Por essa razão, a sentença não poderia ser expressa no p.p.c., embora sua tradução inglesa seja tipicamente expressa pelo *present perfect*.

A situação se torna bem mais complexa se:

há mais de um intervalo de tempo que torna o predicado verdadeiro para um indivíduo, por exemplo, **ser-promovido'**, em que há iteração possível do predicado **ser-promovido'** para cada indivíduo

Este exemplo, por admitir a iteração do predicado, poderia ser expresso no p.p.c., um tempo que exige a repetição:⁴

- (2) a. Alguns generais têm sido repreendidos.
- b. *Houve momentos que se repetiram de tempos em tempos no passado, em que um certo subgrupo determinado de mais de um general foi repreendido em conjunto (o subgrupo foi repreendido várias vezes ao longo do tempo, portanto).*
- c. *Houve momentos que se repetiram de tempos em tempos no passado, em que um subgrupo de composição variada de mais de um general foi repreendido em conjunto.*
- d. *Houve momentos que se repetiram de tempos em tempos, em que um ou mais generais foram repreendidos.*

³Estas fórmulas são evidentemente simplificações que só enfatizam as relações de escopo em questão.

⁴Nesta seção, o passado composto será tratado como mormente iterativo, em consonância com o artigo de Ilari. No restante deste trabalho, contudo, será considerada tanto a possibilidade da interpretação iterativa quanto da interpretação contínua do passado composto.

Porém, a interpretação obrigatoriamente iterativa do passado composto português traria problemas para o sistema de Montague, pois, além das ambiguidades já existentes no inglês, surgiriam novas ambiguidades relacionadas distributividade do predicado.

O autor expõe um uso do passado composto que não está contemplado pelo PTQ:

- (3) Muitas pessoas têm morrido no Rio [desde que começaram os tiroteios entre traficantes].

Em (3), não há um grupo fixo de pessoas dentre as quais muitas morrem no Rio. O autor explica o exemplo, sugerindo que o grupo de pessoas só existe “através do tempo”. Neste caso, a quantificação contida no sujeito de (3) estabelece antes uma taxa de mortes por unidade de tempo e dá uma medida da frequência das ocorrências, não da quantidade de vítimas.

O autor propõe então uma maneira de estender o aparato de Montague, usando semântica de eventos de Davidson e propondo informalmente a adição de um quantificador existencial, por assim dizer, “plural”.

O autor ainda singulariza outros fenômenos próprios do passado composto, por vezes não encontrados no inglês e outras línguas: 1) incompatibilidade com predicados *individual-level* (Carlson, 1977); 2) impossibilidade de coocorrência com adjuntos de tempo que fixam o número de vezes ou uma data precisa (que, de qualquer forma estaria excluído por violar a necessária iteratividade do perfeito composto).

- (4) *Esse aluno tem recebido três advertências.

- (5) O carteiro tem tocado duas vezes.

À agramaticalidade de (4), contrasta-se (5), que apresenta uma possibilidade de leitura. Esse contraste leva o autor à importante conclusão de que é preciso haver pelo menos duas posições para a inserção de adjuntos que indicam número de vezes (e também duração). A proibição que torna (4) inaceitável está presente também em (5). Em (4), o adjunto procura caracterizar o evento plural, contando o número de repetições de seu evento atômico; em (5), em contraste, o adjunto caracteriza o evento elementar de que a iteração é composta, ele mesmo, composto de duas repetições.

Além da iteratividade obrigatória, que é uma particularidade do português em relação às outras línguas românicas e germânicas, há também a obrigatoriedade de que o evento se inicie no passado e se estenda até o presente, eventualmente ultrapassando-o. Esta restrição corresponde à que distingue leituras *de continuidade*⁵ (Portner, 2011), também chamadas de *universais*, ou *de situação persistente* (Comrie, 1976). Em outras línguas do

⁵Ing.: *continuative*

grupo aqui considerado, as leituras do perfeito que obedecem a esta restrição são somente um dos tipos de perfeito possíveis.

O inglês apresenta tanto leituras com continuidade como leituras sem continuidade. A possibilidade de leituras tão distintas de uma única forma é bastante intrigante e há pesquisadores que defendem que, ainda que a polissemia do perfeito inglês possa ser explicada por fatores pragmáticos, a distinção com/sem continuidade, por ser tão radical, deveria ser mantida no âmbito da semântica (Portner, 2011). A observação de que o perfeito português corresponde somente a uma parte, bem definida, das leituras possíveis nas outras línguas sugere cuidados nas comparações entre as línguas: as comparações do perfeito português com leituras sem continuidade de outras línguas, como, por vezes, encontradas no artigo de Ilari, têm utilidade muito relativa. Cotejam-se duas línguas para esclarecer uma filigrana de significado, quando os exemplos já não são comparáveis desde o princípio, por discrepâncias muito mais grosseiras que residem, muitas vezes, nesta distinção *com/sem continuidade*.

Quanto à possibilidade de leituras *durativas* (mais precisamente, *contínuas*) do passado composto, o pesquisador é bastante reticente. Aos exemplos (6) abaixo, que admite que possam expressar continuidade, contrapõe os exemplos (7), com pequenas modificações no vocabulário e postos no contexto apropriado, em que a leitura contínua já não é a mais saliente, o que o faz duvidar de que a interpretação contínua possa ser determinada inteiramente pelo passado composto.

- (6)
- a. O doente tem ficado em seu quarto.
 - b. O alarme tem ficado ligado.
 - c. A porta central da basílica tem ficado fechada.
- (7)
- a. O menino tem ficado em seu quarto (quando quer que a sua presença seja útil para a rotina familiar).
 - b. A televisão tem ficado ligada (sempre que a última pessoa se deita).
 - c. A janela tem ficado aberta (cada vez que as pessoas saem de casa para o trabalho).

Para Ilari, “a interpretação durativa das sentenças de *state* e *activity* é no máximo uma tendência, que resulta bloqueada por fatores que conhecemos mal”. Dentre esses fatores, o autor enumera:

- a existência de momentos de verificação pragmaticamente significativos;
- ser referido a um tempo de presente que já não é *activity* ou *state*;
- o uso de sintagmas nominais em nível de *stage*, *kind*, etc. (no sentido de Carlson);

- a quantificação dos sintagmas nominais que acompanham o próprio verbo.

O autor volta-se, então, para disputa histórica acerca do passado composto, havida entre o gramático Paiva Boléo (Boléo, 1937), que defendia que o passado composto era *durativo*, e Gonçalves Viana (Viana, 1903), que defendia que esse tempo verbal era *iterativo* (*passé répétitif*). Estando convencido de que a iteratividade e a duratividade são somente dois aspectos que caracterizam os mesmos fenômenos, o autor procura discutir as dificuldades teóricas para obter a transposição de uma das perspectivas à outra. Adotando a hipótese de que o passado composto seja primitivamente durativo (e iterativo só por consequência), o autor observa que a suposição de que o tempo verbal possa disparar a iterativização — conforme a *Aktionsart* do predicado a que se aplica — não tem nada de estipulativa. De fato, “toda vez que um predicado pontual esbarra num adjunto durativo, ou se combina com uma forma durativa (presente, imperfeito, etc.) a repetição é disparada”. Aparentemente sem sabê-lo, ao fazer estas considerações, o autor está constatando os fenômenos que foram generalizados sob a designação de “coerção aspectual” (Moens, 1987; de Swart, 1998), que estuda exatamente esse tipo de mutação de *Aktionsart* de predicados, estabelecendo quais as mutações possíveis e suas condições de ocorrência. Nesta dissertação, apoiando-me nesses estudos, tendo a adotar esta perspectiva (a de Paiva Boléo), segundo a qual o passado composto se caracteriza simplesmente pela duratividade,⁶ sem a necessidade de ressalvas, pois a coerção para iteratividade se dará por meio de mecanismos gerais, operantes também em vários outros fenômenos da língua. O autor aponta, contudo, que o seguinte exemplo (8) apresentaria dificuldades para a perspectiva da duratividade primitiva:

(8) O diretor da divisão de águas tem sido um funcionário de carreira.

De fato, se a lei determinasse que o diretor da divisão de águas devesse ser um funcionário de carreira, então tratar-se-ia de um predicado *individual-level* e o passado composto já não seria admissível por esta razão. Assim sendo, a sentença (8) pressupõe que o diretor da divisão não deve obrigatoriamente ser um funcionário de carreira. Afora esta hipótese, a sentença passa a ser gramatical. Na explicação delineada acima, segundo a qual a iteratividade seria induzida sobre uma duratividade primitiva, aparentemente não há como explicar por que, segundo a intuição dos falantes, essa sentença só tem leitura iterativa. Como enfatizado pelo autor, o conhecimento sobre as condições que selecionam a leitura durativa ou a iterativa ainda é incipiente.

⁶Nesta seção de revisão de literatura, mantém-se a terminologia adotada pelo autor. Para o restante do trabalho, provavelmente será mais conveniente estabelecer que *duratividade* engloba tanto *continuidade* (que o autor denomina “duratividade” ou “duratividade absoluta”) quanto *iteratividade* (além de *progressividade*, *habitualidade*, que não vêm ao caso no momento).

Voltando-se, então, para a hipótese contrária, em que o passado composto é caracterizado como iterativo (Viana, 1903), Ilari vê problemas na conexão direta entre o evento complexo, que se encontra na denotação de uma sentença no passado composto, e os seus eventos elementares, isto é, os eventos que se compõem para formar a iteração. O autor ilustra este ponto com o exemplo (9) a seguir:

(9) José tem tido problemas de saúde.

Com efeito, a sentença (9) denota, em última instância, que há instantes do passado, distribuídos segundo certas limitações, nos quais a proposição *José ter problemas de saúde* é verdadeira. Considere-se a negação de (9), isto é, *José não tem tido problemas de saúde*. Segundo a hipótese de iteratividade não-mediada, a negação só terá duas maneiras de incidir: a) no nível da proposição, resultando em algo como *José tem tido momentos de boa saúde*.; b) no nível global da sentença, resultando em algo como *Não existem instantes em que a proposição “José ter problemas de saúde” seja verdadeira*. Entretanto, o significado da negação de (9) não é nem a) nem b). Falta, assim, um ponto intermediário, entre o nível da proposição e o nível global da sentença onde a negação possa incidir. O que se nega é que tenha havido problemas de saúde distribuídos temporalmente de forma tal a formarem um evento plural único, que provisoriamente, poderíamos chamar de *estado-iteração*. Embora o autor não tire esta conclusão, o que está faltando a esta análise do perfeito como essencialmente iterativo é um elemento de duratividade correspondente a esse evento plural que denominamos provisoriamente de *estado-iteração*. Na minha opinião, este arrazoado favorece a interpretação do perfeito português como fundamentalmente durativo, já que esta duratividade não pode jamais faltar à sua interpretação, enquanto a iteratividade pode, marginalmente, estar ausente.

3.2 Os artigos de Schmitt, C. (2001) e Giorgi, A. e F. Pianesi (1997)

- Schmitt, C. (2001). Cross-linguistic variation and the present perfect: the case of portuguese. *Natural language & linguistic theory* 19(2), 403–453.
- Giorgi, A. and F. Pianesi (1997). *Tense and aspect: from semantics to morphosyntax*. Oxford studies in comparative syntax. New York: Oxford University Press.

O artigo de Cristina Schmitt é, provavelmente, o mais importante estudo sobre o pretérito perfeito composto do português que usa o instrumental gerativo e a semântica

formal. Igualmente, o livro de Giorgi and Pianesi (1997), com o qual Schmitt dialoga, está entre os estudos que são obrigatoriamente considerados em publicações sobre o perfeito de modo geral, e sobre as manifestações do perfeito em outras línguas e nas línguas românicas em especial. O artigo de Schmitt é dedicado a revisar o tratamento dado por Giorgi e Pianesi ao português.

Giorgi and Pianesi (1997) parte da observação de que o estudo do perfeito se deu desigualmente em relação ao inglês em comparação com outras línguas. De fato, o perfeito inglês, sobretudo o presente perfeito inglês, onde se considera que as características de perfectude estão mais nitidamente manifestadas, costuma ser tomado como o perfeito por excelência.⁷ A taxativa proibição da coocorrência com adjuntos de localização temporal do evento originário encontrada no inglês, fenômeno conhecido pelo nome de *paradoxo do perfeito*, não existe em alemão, francês, italiano, islandês ou neerlandês⁸. Uma proibição semelhante é encontrada em dinamarquês, norueguês e sueco. Convém acrescentar aqui que tal proibição, embora o português já desde o princípio não se alinhe facilmente com as demais, ocorre também em português, como exemplificado em (10).

- (10) a. (i) *O João tem jogado tênis (no ano passado/durante todo o ano passado).
 (ii) *John has regularly played tennis last year.
 (iii) *John has played tennis throughout last year.
 (iv) *John has been playing tennis last year.
- b. (i) O João tem jogado tênis (neste ano/durante todo este ano).
 (ii) John has regularly played tennis this year.
 (iii) John has played tennis throughout this year.
 (iv) John has been playing tennis this year.
- c. (i) O João jogou tênis no ano passado/durante o ano passado/neste ano/durante todo este ano.
 (ii) John has played tennis (*last year/*this year/?this morning).

De fato, se fosse só pelo português — isto é, para perfeitos de situação persistente —, dificilmente a proibição da localização temporal passada do evento originário teria sido descrita como *paradoxo*, porque é evidente a incompatibilidade entre a exigência de que a eventualidade se estenda até o presente (imposta pelo perfeito) e um adjunto de tempo

⁷A construção mais antiga (i) só funciona com verbos télicos com complemento paciente ou tema. A construção moderna (ii), evidentemente, não está sujeita a essa restrição. Supõe-se que tenha havido generalização da construção original.

⁸Refiro-me às variedades padrão de cada uma dessas línguas, que, contudo, apresentam variantes diversas que diferem quanto ao uso do perfeito. O neerlandês parece ocupar uma posição intermediária entre o inglês e as demais línguas citadas, pois admite adjuntos de localização temporal, mas não a fixação da localização temporal como simultaneidade com outro evento por meio de orações introduzidas com *toen* (“quando”, puntual) (?). Em islandês, quando o adjunto ocorre, a perífrase de perfeito assume tonalidades epistêmicas (Giorgi and Pianesi, 1997).

que localize essa mesma eventualidade no passado. O desafio teórico do paradoxo do perfeito só começa a existir nas línguas em que o perfeito também pode expressar eventualidades encerradas no passado (mas, neste caso, obrigatoriamente com repercussões que se estendem até o presente). Se a eventualidade se encerrou no passado, não há incompatibilidade semântica com adjuntos com referência temporal passada. O inglês, contudo, (e as línguas escandinavas continentais, segundo Giorgi and Pianesi (1997)) vedam adjuntos mesmo nestes casos. Afora esse grupo de línguas, a proibição dos adjuntos de localização passada da eventualidade originária é permitida sempre que esse adjunto não produza uma contradição, isto é, sempre que o perfeito não seja persistente, como o mostra o seguinte exemplo (11):

- (11) a. Ayer he sabido que estoy embarazada. (espanhol, Veiga (2011))
ontem hei sabido que estou grávida.
“Ontem soube que estou grávida.”⁹
- b. Er ist letztes Jahr gestorben. (alemão, web)
ele é/está último ano-ACC morrido
“Ele morreu no ano passado.”

O livro de G&P tem, como se pode notar pelo título, *Tense and Aspect: from semantics to morphosyntax*, uma inspiração declaradamente sintática. A tarefa a que se propõe é de grande complexidade, porque não só é preciso unificar fenômenos translinguísticos até então disparatados no âmbito da semântica, como é preciso fazê-lo emparelhando-os, a cada passo e para as diversas línguas, segundo um conceito de composicionalidade bastante estrito, com sua contraparte morfossintática e dentro da teoria minimalista. A impressão é nítida de que o pressuposto pétreo da composicionalidade estrita, isto é, de que para cada diferença entre línguas, esta diferença estará refletida na constituição morfológica, acaba por causar malefícios à análise semântica. A obra concentra-se nas diferenças relativas ao paradoxo do perfeito (existente em inglês e inexistente em italiano) e suas outras facetas, como a possibilidade de uso dos tempos perfeitos em narrativas. Não inclui a discussão sobre o contraste entre leituras com ou sem continuidade do perfeito.¹⁰ Esse último contraste é essencial para a compreensão do perfeito em português. Os resultados obtidos são importantes e convincentes para explicar a relação entre, por

⁹A tradução portuguesa traz algumas questões interessantes: (a) o p.p.i. parece propiciar a *consecutio temporum*, diferentemente do perfecto compuesto espanhol; (b) parece que o uso do p.p.i. exclui uma nuance de significado, presente no espanhol, em que *ayer* localiza não um evento isolado no passado, mas o início de um estado persistente até o presente de ciência sobre a gravidez. Esta nuance se recupera em português com a perífrase *fiquei sabendo*. Assim, a tradução mais idiomática em português acaba por apresentar mais dessemelhanças com o original espanhol do que as diferenças entre as línguas quanto ao perfeito fariam supor: *Ontem soube que estava grávida.* ou *Ontem fiquei sabendo que estou grávida.*

¹⁰As leituras com/sem continuidade correspondem respectivamente ao caso em que o evento se estende até o presente e ao caso em que o evento já está concluído no presente (cf. discussão do artigo de Ilari (2001b) acima).

exemplo, o inglês e o italiano, mas pouco conseguem ao tentar abranger o português. Com efeito, de posse de dados bastante imprecisos para o português, G&P postulam uma solução que preserva a teoria que desenvolveram, mas que é nitidamente estipulatória ao contemplar o português: o p.p.c. português não é formado com o verbo auxiliar *ter* de todos os demais tempos compostos nessa língua, mas supostamente com o verbo *principal ter*. Um verbo principal contribui com a relação entre o tempo da fala e o tempo de referência, que é o mesmo valor postulado pelos autores para o particípio passado (sem o auxiliar). Portanto, os resultados dessa obra não são satisfatórios para o português, embora possam ser bastante convincentes para as outras línguas envolvidas. Seus resultados também podem ter importância como aplicação do minimalismo no estudo da morfologia verbal de tempo. A exposição subjetiva feita acima visa somente a esboçar um panorama da obra e relativizar sua importância para o caso específico do português e, por conseguinte, para este trabalho. Não há como fazer justiça à obra de G&P nestes comentários sumários. Contudo, há que se considerar que será sempre bastante vulnerável qualquer explicação do perfeito com ambições translinguísticas que não contemple adequadamente o português.

Schmitt (2001) tem por objetivo principal refutar a solução *ad hoc* dada por G&P para o português e propor uma solução alternativa. Usando dados do português, inglês e espanhol a autora defende, contrariamente a G&P, que “as propriedades semânticas de um tempo morfológico numa língua particular não podem ser correlacionados diretamente com a presença ou ausência de morfologia manifesta, mas sim com os traços semânticos de que os morfemas de tempo sejam portadores”. As questões que dão a linha-mestra do artigo são: a) O que obriga à leitura iterativa do presente perfeito em português¹¹?; b) Por que razão as leituras iterativas são obrigatórias para o presente perfeito, mas não para os demais tempos perfeitos do português (formas nominais, pretérito mais-que-perfeito, tempos do subjuntivo, etc.)?

A autora propõe que a maior parte das particularidades do presente perfeito (= p.p.c.) em português podem ser explicadas, considerando-se as restrições de seleção de classe acional¹² impostas pelo tempo do auxiliar, isto é, o presente do indicativo. G&P adotam a visão já mais ou menos consagrada em teoria gerativa de que os tempos verbais são cabeças sintáticas. Como tais, subcategorizam elementos verbais [+V]. ? propôs para o francês, que não só operadores aspectuais, mas também os tempos *passé simple* e *imparfait* impõem restrições de seleção, respectivamente de eventualidades não-homogêneas e

¹¹A autora não contempla a possibilidade de o perfeito em português ter uma leitura contínua, além da iterativa.

¹²*Aktionsart*.

homogêneas.¹³ Quando tais restrições não são satisfeitas, há coerção para a classe accional requerida. Schmitt aplica essa mesma ideia ao presente, postulando que esse tempo verbal, tanto em inglês quanto em português, selecionam estados, em contraste com todas as demais línguas consideradas, em que o presente exige somente que o predicado a que se aplica seja homogêneo.¹⁴ São bem conhecidos os exemplos que o demonstram, como (12) abaixo, que mostra que o presente é inaceitável com eventualidades que não sejam estados em português e inglês:

- | | | | |
|------|----|-------------|---------------|
| (12) | a. | *Chove. | (português) |
| | b. | *It rains. | (inglês) |
| | c. | Llueve. | (espanhol) |
| | d. | Il pleut. | (francês) |
| | e. | Piove. | (italiano) |
| | f. | Es regnet. | (alemão) |
| | g. | Det regner. | (dinamarquês) |
| | h. | Het regent. | (neerlandês) |

Segundo a autora, a diferença entre o português e o inglês é o resultado da aplicação do perfeito: em inglês, o resultado é homogêneo, enquanto em português o resultado é não-homogêneo.

A autora resume as hipóteses problemáticas adotadas G&P para o tratamento do perfeito em português:

- (i) the auxiliary form of *ter* is blocked in the Present Tense by the simple Past Perfective; (ii) *pres + ter + past participle* is a complex with two main verbs, unlike *past + ter + past participle*; (iii) the main verb *ter* selects for stage-level predicates; and (iv) there is a hidden Generic operator in the participial clause

¹³A propriedade da *homogeneidade* é também conhecida como *propriedade do subintervalo*. Dado um intervalo de tempo I' em que ocorre uma eventualidade descrita pelo predicado $P(I)$, diz-se que tal eventualidade é homogênea se, para qualquer subintervalo I'' de I' , $P(I'')$ é verdadeiro. Assim, a sentença *Pedro leu um livro* não está associada a uma eventualidade homogênea porque nos subintervalos de *ler um livro*, não existe uma eventualidade de *ler um livro*. A propriedade da homogeneidade é um critério para definição das eventualidades *estativas*. No sistema quadripartido de Vendler, são homogêneos os *estados* e *atividades*; e são não-homogêneos os *achievements* e *accomplishments*.

¹⁴Ao que parece, a autora postula, em companhia de ?, que as cabeças temporais para manter a comparabilidade com o artigo de Giorgi and Pianesi (1997). G&P organizam a morfologia temporal das orações finitas numa árvore com duas cabeças temporais T1 e T2, sendo que é T2 que é responsável pela codificação da perfectude. O que os motiva a isto é possivelmente o carácter ambíguo, entre tempo e aspecto, que se costuma associar ao perfeito. G&P, contudo, não negam que possam ocorrer operadores aspectuais sob essas cabeças temporais para corresponderem à dimensão aspectual do significado do perfeito.

Todas essas propostas têm um carácter *ad hoc* bastante claro. Supor qualquer uma dessas soluções, causa problemas em outras áreas da língua. Por exemplo, quanto à hipótese de que *pres + ter + participio pasado* seja um complexo de dois verbos principais, é preciso ponderar que tais complexos são inauditos na língua, e que, nesta perífrase, *ter*, supostamente um verbo pleno, não teria nenhum dos significados conhecidos do verbo *ter* como verbo pleno em qualquer outra construção da língua. Mesmo assim, Schmitt elenca laboriosamente vários argumentos e demonstra cabalmente que essas estipulações não se sustentam.

A autora passa, então, a elaborar uma proposta alternativa, baseada na hipótese levantada anteriormente por de Swart (1998), de que os operadores de tempo, assim como tradicionalmente admitido para os aspectuais, são capazes de impor restrições de seleção sobre as eventualidades a que serão aplicados. Schmitt observa que o tempo presente do português e do inglês apresentam uma semelhança, que distingue essas duas línguas das demais em questão: o presente do português e do inglês aceita somente *estados*; o das demais línguas aceita *estados* e *atividades*. Isto significa que em português e inglês, qualquer eventualidade expressa no presente que não seja estado, sofrerá coerção aspectual e se tornará um estado se possível. A coerção para estado será a iterativização. Nas demais línguas, sempre que uma eventualidade expressa no presente for não-homogênea (isto é, sempre que for eventiva), sofrerá coerção aspectual, ou para estado, ou para atividade. A coerção para estado é a iterativização; a coerção para atividade corresponde a desconsiderar a culminação dessa eventualidade. Este último tipo de coerção ficará mais claro depois dos exemplos abaixo.

- (13) a. La caja contiene muchos papeles. (espanhol)
 b. A caixa contém muitos papéis. (português)
 c. The box contains many papers. (inglês)
- (14) a. Pedro canta (en este momento). (e)
 b. O Pedro canta (*neste momento). (p)
 c. Peter sings (*right now). (i)
- (15) a. Pedro canta una aria (en este momento). (e)
 b. O Pedro canta uma ária (#neste momento). (p)
 c. Peter sings an aria (#right now). (i)
- (16) a. Pedro come una manzana (en este momento). (e)
 b. O Pedro come uma maçã (#neste momento). (p)
 c. Peter eats an apple (#right now). (i)

Nos exemplos (13), (14), (15) e (16) acima, o inglês comporta-se sempre de forma idêntica ao português. O exemplo (13) mostra que, para verbos de estado, todas as línguas admitem o presente e não há qualquer coerção aspectual obrigatória. (14) mostra que, para verbos de atividade, não há leitura semelfactiva possível para inglês e português. Os predicados dessas sentenças em português e inglês podem ser interpretadas como predicados *individual-level*, resultando numa leitura aproximadamente equivalente a “O Pedro é cantor.” Para estas duas línguas, há ainda a possibilidade de uma coerção aspectual para um estado por meio da iteração. Contudo, esta leitura, que pode ser tanto *individual-level* quanto *stage-level*, precisaria normalmente de um advérbio para ser provocada: *O Pedro canta (com frequência)*.¹⁵ O espanhol apresenta todas as alternativas de leitura do português, e mais a leitura semelfactiva, já que o presente do espanhol admite atividades. Em (15), compara-se o mesmo verbo (de atividade) complementado por um DP indefinido singular, o que resulta num predicado (antes de se aplicar o tempo) de *accomplishment*. O presente de nenhuma das línguas em questão admite *accomplishments*. Em português e em inglês, será possível a leitura *individual-level* (“O Pedro é capaz de cantar uma ária.”) e será possível a coerção para estado por iterativização, resultando em algo como, por exemplo, *O Pedro canta uma ária com frequência*. O espanhol apresenta todas as alternativas de leitura do português, e mais uma leitura semelfactiva, possibilitada pela coerção do *accomplishment cantar uma ária* para *atividade*, por meio de um operador de coerção PROC que toma *accomplishments* e remete à sua fase preparatória, isto é, à fase que antecede sua culminação (seu *telos*). Essa fase preparatória é caracterizada como uma *atividade*. Tal coerção é possível no espanhol (e vedada no português e no inglês) porque o presente do espanhol é compatível com *atividades* (enquanto o presente do português e do inglês é compatível exclusivamente com *estados*). O exemplo (16), por fim, ilustra os mesmíssimos fenômenos que (15), mas com um verbo de *accomplishment*, ao passo que no exemplo (15) se tratava de um verbo de atividade que, por causa do complemento, formava um predicado de *accomplishment*.

G&P tinham dividido as línguas em dois grupos segundo a pobreza morfológica do verbo: de um lado, as línguas A, formadas pelo inglês e as línguas escandinavas continentais, que se caracterizam por praticamente não se flexionarem quanto a pessoa e número (salvo o *-s* do presente no inglês); de outro lado, as línguas B, formadas pelas românicas, o islandês, o alemão e o neerlandês, que apresentam desinências verbais de número e pessoa. G&P explicavam que esses dois grupos de línguas coincidiam exatamente com as línguas que apresentavam (línguas A) ou não (línguas B) o paradoxo do perfeito. Schmitt divide

¹⁵Não é necessário considerar esta iterativização como um exemplo de coerção se o adjunto de frequência for traduzido como um operador aspectual. O termo coerção é usado para designar as mudanças aspectuais desencadeadas por incompatibilidades categoriais não marcadas morfológicamente. Esta observação vale também para os demais exemplos.

essas línguas segundo o critério das restrições de seleção do tempo presente, que, como dito acima, separa o inglês e o português das demais. Aparentemente, o agrupamento proposto por Schmitt não agrupa línguas com comportamento semelhante quanto ao perfeito. Embora a autora não tenha mencionado, contudo, é interessante lembrar aqui que, como se propôs mais atrás (v. exemplo (10) e a discussão em torno dele), que também o português, em que pesem todas as diferenças, tem em comum com o inglês o fato de apresentar: a) o paradoxo do perfeito; b) leituras de continuidade (em que a ação descrita pelo verbo se estende até o presente), embora esta seja a única leitura em português, mas não a única em inglês.

De certa forma, portanto, Schmitt observa uma analogia entre o português e o inglês que não a ajuda em nada na explicação de por que o português tem somente leituras iterativas¹⁶ e o inglês não. A autora atribui a iteratividade do p.p.c. em português a uma coerção aspectual disparada para satisfazer a exigência de estados imposta pelo verbo auxiliar no presente. A coerção (iterativização) não ocorre se o elemento subcategorizado pelo auxiliar for um estado e ocorre em todos os outros casos. Uma vez que o presente perfeito é obrigatoriamente iterativo em português, mas não em inglês, então a autora *conclui* que o particípio passado em inglês é um estado e em português é tudo menos um estado. Ora, apresentada desta forma, a solução é também totalmente *ad hoc*, já que o significado do particípio passado precisa ser estabelecido de forma independente e não para a reafirmação de um credo de composicionalidade estrita. O particípio passado participa de várias outras construções na língua, dentre as quais, o particípio absoluto, orações reduzidas de particípio, em função adjetiva (predicativa ou atributiva) e a perífrase de voz passiva. O significado do particípio só pode ser estabelecido em conjunto, considerando-se todas estas construções, sob risco de se criar uma versão de particípio passado para cada construção que se pretende analisar e, neste caso, em última instância, solapa-se a composicionalidade que se pretendia preservar. O texto não aponta para outras fontes de referência nem apresenta quaisquer evidências independentes da diferença de significado do particípio passado entre o português e o inglês, mas registra algumas diferenças de sua manifestação morfossintática: em português, há particípios que concordam em número e gênero e há o particípio invariável, enquanto em inglês só existe o invariável;¹⁷ há indícios de que, em português, o particípio seja alçado a uma posição mais alta do que em inglês, já que se pode intercalar *geralmente* depois do particípio e antes de um adjunto, mas não em inglês; o inglês não apresenta construções com particípio passado absoluto.¹⁸ Assim,

¹⁶Como já observado acima, a autora não contempla a possibilidade de leituras contínuas em português, admitidas marginalmente por Ilari.

¹⁷A força deste achado é evidentemente relativa, já que todos os adjetivos em inglês são invariáveis.

¹⁸A autora não fornece referências para esta informação, mas encontram-se exemplos dessas construções absolutas *online*. Mesmo que não sejam comuns, já a possibilidade da construção não favorece o argumento da autora: *Her arms folded across her chest, Professor Hill warned the class about the penal-*

a explicação para diferença de iteratividade entre o presente perfeito português e inglês dada por Schmitt é no máximo uma hipótese em aberto que transfere a diferença patente entre os significados do presente perfeito das duas línguas para uma diferença cogitada entre os significados dos participios passados correspondentes.¹⁹

Mais precisamente, para obter a iteração no p.p.c., a autora postula que o participio em português introduz uma fronteira (*boundary*) na eventualidade subjacente, o que resulta numa eventualidade *bounded*.²⁰ Por causa da discrepância entre o carácter *bounded* do participio e a exigência do presente por estados, ocorre a coerção da eventualidade *bounded* para estado por meio da iterativização.

Se a semelhança observada no presente entre o português e o inglês não contribui muito para a explicação da diferença translinguística de iteratividade no presente perfeito, essa semelhança poderia explicar melhor por que intralinguisticamente a iteratividade só ocorre quando o verbo auxiliar está no presente, mas não em qualquer outro tempo. A explicação seria: somente o presente exige estados em português; o imperfeito tem restrições menos severas. De fato, ? conclui para o *imparfait* francês que este tempo seleciona eventos homogêneos (dos quais os estados são uma subclasse). Se o mesmo valer para o português, contudo, o passado mais-que-perfeito ainda terá que ser iterativo para todos os predicados não-homogêneos, contra os fatos. Schmitt propõe, então, que há uma diferença entre o passado mais-que-perfeito (passado perfeito) e o p.p.c. (presente perfeito) em português: enquanto o último é obrigatoriamente dêitico, por estar ancorado no tempo presente, o primeiro é sempre anafórico, tirando sua âncora temporal de uma outra oração. Assim sendo, o tempo imperfeito em que se encontra o auxiliar da perífrase do mais-que-perfeito seria usado só para efeito de *consecutio temporum*, e não teria valor temporal próprio, sendo incapaz, por esta razão, de impor qualquer restrição de seleção. Esta explicação não parece correta, como o procuram mostrar os exemplos (17) a seguir:

- (17) a. Quando cheguei, o Antônio estava quieto.
b. (i) *Quando cheguei, o Antônio tocava violão.
(ii) Quando cheguei, o Antônio estava tocando violão.
c. (i) *Quando cheguei, o Antônio construía um castelo de areia.

ties of plagiarism. ou *Our business partnership sealed with a contract, we made a toast to the success of the new company.*

¹⁹Contudo, a aparência de estipulação pode ser devida somente a um problema na exposição. Não me parece arbitrário que o participio passado produza eventualidades *bounded*, mas não me é claro por que em inglês seria diferente. A questão terá de ser elucidada por pesquisa posterior.

²⁰Não é fácil traduzir esta expressão em português. Não se trata do mesmo sentido encontrado em *bounded variable* (às vezes, *bound variable*). A ideia é que há pelo menos uma fronteira temporal. Acredito que *télico* também não seria uma boa tradução porque o *telos* é o alvo da ação, e uma eventualidade incoativa também sofre iterativização quando a duratividade é exigida por outros elementos do discurso: *Ele está sempre começando*. Uma possível tradução seria “temporalmente delimitado”.

(ii) Quando cheguei, o Antônio estava construindo um castelo de areia.

Os exemplos (17a), (17b-i) e (17c-i) estão nos mesmos tempos verbais, mas as classes accionais dos predicados são respectivamente: estado, atividade e *accomplishment*. Nestes exemplos,²¹ o imperfeito apresenta restrições de seleção rigorosamente paralelas às do presente, admitindo somente predicados de estado. O significado pretendido com (17b-i) e (17c-i), é expresso em português do Brasil falado como (17b-ii) e (17c-ii).

Os principais problemas da proposta de Schmitt são, portanto: a) a impossibilidade da leitura durativa do p.p.c. de que fala Ilari (2001b) para estados e atividades; b) não explica por que não há coerção à iteratividade quando o verbo auxiliar está no presente do subjuntivo (v. exemplo (18) abaixo); c) explicação composicional problemática, que atribui uma restrição de seleção ao auxiliar (independentemente motivada) e ao mesmo tempo que os participios passados são sempre *bounded* (o que, até exame mais minucioso da questão, é uma estipulação arbitrária), independentemente da classe accional original do predicado.

- (18) a. Talvez a caixa *contenha* muitos papéis.
b. Talvez o Pedro **cante/✓ esteja cantando* neste instante.
c. Talvez o Pedro **cante/✓ esteja cantando* uma ária neste instante.
d. Talvez o Pedro **coma/✓ esteja comendo* uma maçã neste instante.

O exemplo (18) repete as sentenças dos exemplos (13), (14), (15) e (16) com o auxiliar no presente do subjuntivo. Como se vê, as restrições de seleção quanto à classe accional são idênticas ao caso em que o auxiliar está no presente do indicativo. Convém enfatizar que, para que o exemplo faça sentido, a leitura relevante deve ser de presente instantâneo, não de futuro imediato, caso em que os quatro subexemplos seriam gramaticais.

²¹Estes exemplos foram criados provisoriamente para mostrar os meus julgamentos como falante de língua-mãe portuguesa, que espero que estejam de acordo com os dos leitores. O assunto seguramente terá sido tratado extensivamente na literatura.

Capítulo 4

À guisa de conclusão: *o pretérito perfeito composto em* português e perspectivas para investigação futura

4.1 Introdução

Como deve ter ficado claro de toda exposição até este ponto, há um longo caminho a transpor na fixação de uma fenomênica relativa ao p.p.c., a qual, para o inglês, já se vem sedimentando desde os princípios da semântica teórica. Esperamos que o que se expôs até aqui tenha podido contribuir para a caracterização de alguns padrões distribucionais que se vêm mostrando arredios à apreensão empírica. Se não, ao menos que as intuições tenham sido expostas de forma suficientemente clara a ponto de favorecer sua falsificação por outros pesquisadores. E que, especialmente o cap. 2, tenha colaborado para o discernimento de quais divergências são devidas, por um lado, à particular *explicação* de fenômenos nos quais o p.p.c. está envolvido, e, de outro lado, quais divergências são devidas à identificação mesma dos fenômenos que cumpre explicar.

Infelizmente, não haverá tempo para que as expectativas acumuladas nos capítulos anteriores sejam plenamente satisfeitas neste capítulo.

Embora várias pistas promissoras para esquemas explicativos de algumas questões-chave em torno do p.p.c. tenham sido divisadas ao longo deste projeto de mestrado, contando por vezes com estimulantes confirmações vindas de autores célebres na área, dificilmente alguma terá atingido um grau de elaboração suficiente para que pudesse ser exposta no presente capítulo.

Ainda assim — guardadas evidentemente as proporções —, num espírito semelhante ao tão modesto quanto influente artigo de Ilari (2001b), procuraremos apontar a seguir algumas direções para investigação futura em torno de questões centrais suscitadas pelo p.p.c. português.

4.2 A iteratividade espontânea do p.p.c.

Há uma leitura que o pretérito perfeito composto português pode apresentar para toda e qualquer classe accional do predicado: a iterativa. Adicionalmente, para predicados atélicos, mas raramente sem o auxílio de elementos coadjuvantes (vide 2.2), obtém-se também uma leitura contínua.

Como visto no capítulo 2, a interpretação iterativa do p.p.c. apresenta duas características inequívocas: I) o número de iterações não pode ser definido nem mesmo de forma vaga, *vide* seção 2.2, exemplo (18); II) é obrigatório que a eventualidade que se vem repetindo desde o passado possa ocorrer também no presente, *vide* seção 2.1.3. À primeira característica, chamaremos, com Bertinetto and Lenci (2010), de *inespecificabilidade da reiteração*; à segunda, *repetibilidade*. Essas duas características são ilustradas respectivamente pelos exemplos (1a) e (1b).

- (1) a. * Ele tem assistido aos jogos do campeonato três vezes.
- b. # O José tem visitado o World Trade Center toda vez que vai a Nova Iorque.

4.2.1 *Inespecificabilidade da reiteração* (Bertinetto and Lenci, 2010)

A inaceitabilidade da sentença (1a) não se prende às restrições temporais do p.p.c. A sentença é agramatical independentemente de o campeonato estar em curso ou não. A mesma inaceitabilidade é encontrada nas sentenças (2a) e (2b) abaixo.

- (2) a. * Por três anos seguidos, ele ia à praia três vezes.¹
- b. * Ele é uma pessoa que vai à praia três vezes.

Oliveira and Leal (2012) se opõem à afirmação atribuída a Laca (2010), segundo a qual, o p.p.c. vedaria não só a especificação da quantidade exata de reiterações, como também a

¹Ilari (2001b) cita os casos de (2a) e (2b) como “durativos”. Este é uma indicação de que o sentido dessa expressão no texto de Ilari (assim como, ao que parece, em muito da literatura funcionalista) padece de certa ambiguidade. Na descrição das sentenças de (2), “durativo” parece significar *imperfectivo*. No contraste iterativo/durativo, porém, “durativo” parece antes significar *contínuo* (considerado um tipo de imperfectividade). É por esta razão que evitamos a termo “durativo” completamente, substituindo-o por “imperfectivo” e “contínuo” conforme o caso em questão.

especificação de uma quantidade vaga de reiteraões. Oliveira and Leal (2012) apresentam a sentença (3) como comprovação de que as especificações vagas do número de reiteraões são aceitáveis em português de Portugal:

(3) Tenho atravessado a ponte sobre o Tejo (muitas vezes/algumas/várias vezes).

Neste caso, contudo, parece tratar-se apenas de um desacordo terminológico entre as pesquisadoras, pois o exemplo (3) não parece invalidar a afirmação de Laca (2010).

Embora os adjuntos entre parênteses em (3) tenham as feições de especificadores do número de reiteraões, não é esta a sua interpretação na sentença (3). Quando esses adjuntos aparecem em contextos chamados de “imperfectividade gnômica” (Bertinetto and Lenci, 2010) — dos quais o p.p.c. é um exemplo —, são reinterpretados como adjuntos de frequência, passando a significar uma comparação com uma frequência-padrão contextualmente relevante.

Assim, a sentença (3) receberia uma interpretação aproximada como em (4) abaixo:

(4) Tenho atravessado a ponte sobre o Tejo (*frequentemente/vez ou outra/com certa frequência*).

O contraste fica mais claro se se coteja (3) — onde os adjuntos são reinterpretados como adjuntos de frequência — com (5), no *pretérito perfeito simples* — o qual não configura um contexto de *imperfectividade gnômica*,² permitindo que os adjuntos tenham a sua interpretação corriqueira de fixação de um número (vago) de repetições.

(5) Atravessei a ponte sobre o Tejo (muitas vezes/algumas/várias vezes).

Perceba-se que, se um interlocutor pedir maior precisão ao enunciador de (3): —*Mas “muitas vezes”... Quantas afinal?!* O outro terá de responder-lhe com uma razão: —*Duas vezes por semana*. E não com um número absoluto: —*Cinco vezes*.

Em conclusão, portanto, parece ser mais conveniente formular a restrição da *inespecificabilidade da reiteration* da seguinte forma: o p.p.c. não aceita qualquer especificação do número de repetições da eventualidade, seja tal especificação vaga, precisa, determinada ou indeterminada. Aqueles adjuntos que, isoladamente, tivessem esse efeito são, em orações no p.p.c., reinterpretados para adjuntos de frequência.

A condição da inespecificabilidade da reiteration é uma restrição *semântica* do p.p.c., isto é, pode assumir feições morfosintáticas diversas, desdobrando-se igualmente tanto em restrições sobre a quantificação encontrada em adjuntos quanto sobre a que se encontra nos SNs relativos aos participantes na eventualidade, tal como no exemplo (6) abaixo.

²A diferença entre os dois tipos de repetitividade deve ser retomada mais adiante.

(6) * Ele tem batizado os seus três filhos tão logo completam um mês de idade.

Oliveira and Leal (2012) estuda com certa profundidade as restrições impostas pelo p.p.c. sobre seus complementos, como a observada em (6).

4.2.2 Repetibilidade

O p.p.c. em português e o *present perfect* em inglês (além de muitos outros contextos linguísticos nessas e em outras línguas) têm essas duas propriedades em comum. As duas línguas, contudo, apresentam uma diferença sutil, mas crucial, quanto à repetibilidade exigida.

- (7) a. He's been tall all his life.
b. * Ele tem sido alto (a vida toda).

O contraste ilustrado por (7) costuma ser descrito como uma (in)compatibilidade do p.p.c. e do *present perfect* com predicados em nível de indivíduo. O inglês os admite (Portner, 2011) no *present perfect*, enquanto o português os veda (Ilari, 2001b) no p.p.c.³ Aqui convém reformular o contraste em termos da repetibilidade.

Nos exemplos (7), o requisito da repetibilidade está satisfeito tanto para o inglês quanto para o português, contanto que o sujeito da oração esteja vivo, pois, sendo a alta estatura uma característica sua individual, será temporalmente coextensiva com o seu período de vida. Assim sendo, é seguramente repetível no presente a eventualidade SER-ALTO. Se é assim, contudo, por que a sentença (7b) é inaceitável em português? Aqui propomos que o requisito de repetibilidade não é exatamente o mesmo para o inglês e para o português: em inglês, a *certeza* da repetibilidade satisfaz o requisito de que o evento se *possa* repetir no presente; em português, a exigência de *possibilidade* de repetição deve ser entendida de forma estrita, e o requisito só terá sido satisfeito nos casos de *possibilidade* mas não *certeza* de repetição. Esta maneira de formular a questão é tão pouco explicativa quanto a versão em termos de compatibilidade ou restrição de seleção do p.p.c., mas a questão será retomada adiante com consequências importantes para a efetiva *explicação* desse comportamento do p.p.c. português. (ref)

A discussão precedente trata do p.p.c. (e do *present perfect*) quanto às suas características modais, já que o requisito de repetibilidade é um requisito formulado em termos não de efetiva repetição, mas de uma possível repetição (modelada como a efetiva repetição

³As restrições em ambas as línguas estão sujeitas a várias condições adicionais: em inglês, é necessário o apoio de adjuntos que os fazem tomar a feição de predicados a nível de estágio; em português, há predicados em nível de indivíduo admissíveis no p.p.c., chamados por autores portugueses de “faseáveis”. Contudo, a ilustração dada pelo exemplo é suficiente para os fins da argumentação presente.

em pelo menos um dos infinitos mundos de um subconjunto dos mundos alternativos ao real).

Referências bibliográficas

- Barbosa, J. B. (2003). Uma proposta de caracterização do pretérito perfeito simples e composto.
- Barbosa, J. B. (2008). *Tenho feito/fiz a tese: uma proposta de caracterização do pretérito perfeito no Português*. Ph. D. thesis, UNESP, Araraquara.
- Barbosa, J. S. (1822). *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- Bertinetto, P. M. and A. Lenci (2010). Iterativity vs. habituality (and gnomic imperfectivity). *Quaderni del laboratorio di linguistica* 9(1), 1–46.
- Binnick, R. I. (1991). *Time and the verb: a guide to tense and aspect*. New York: Oxford University Press.
- Boléo, M. d. P. (1937). *O perfeito e o pretérito em português: em confronto com as outras línguas românicas: estudo de carácter sintático-estilístico*. Universidade de Coimbra.
- Brugger, G. (1997). Event time properties. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics* 4(2), 4.
- Cano, W. (1998). *O emprego do perfeito composto na linguagem jornalística*. Araraquara: UNESP.
- Carlson, G. N. (1977). *Reference to kinds in English*. Ph. D. thesis, University of Massachusetts, Amherst.
- Castilho, A. T. d. (1968). *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Coleção de teses - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- Chamorro, M. d. P. (2012). *Pluractionality and Aspectual Structure in the Galician Spanish Tener-Perfect*. Ph. D. thesis, The Ohio State University.

- Chomsky, N. (1970). Deep Structure, Surface Structure, and Semantic Interpretation. (1969) s. *Chomsky, Studies on Semantics*.
- Comrie, B. (1976). *Aspect : an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge , New York: Cambridge University Press.
- Comrie, B. (1985). *Tense*, Volume 17. Cambridge University Press.
- de Swart, H. (1998). Aspect shift and coercion. *Natural Language & Linguistic Theory* 16(2), 347–385.
- de Swart, H. (2007). A cross-linguistic discourse analysis of the Perfect. *Journal of Pragmatics* 39(12), 2273–2307.
- Fiorin, J. (1994). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. Ph. D. thesis, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Giorgi, A. and F. Pianesi (1997). *Tense and aspect: from semantics to morphosyntax*. Oxford studies in comparative syntax. New York: Oxford University Press.
- Hofherr, P. C., B. Laca, and S. de Carvalho (2010). When perfect means plural: the present perfect in Northeastern Brazilian Portuguese. *Layers of Aspect*, 67–100.
- Iatridou, S., E. Anagnostopoulou, and R. Izvorski (2001). Observations about the form and meaning of the perfect. *Current Studies in Linguistics Series* 36, 189–238.
- Ilari, R. (2001a). *A expressão do tempo em português* (2. ed ed.). Coleção Repensando a lngua portuguesa. São Paulo: Contexto.
- Ilari, R. (2001b). Notas sobre o passado composto em português. *Revista Letras [UFPR]* 55, 129–152.
- Inoue, K. (1979). An analysis of the English present perfect. *Linguistics* 17(7-8), 561–590.
- Katz, E. G. (1992). *Stativity, genericity, and temporal reference*. Ph. D. thesis, University of Rochester.
- Klein, W. (1994). *Time in language*. London and New York: Routledge.
- Laca, B. (2010). Perfect semantics: How universal are Ibero-American Present Perfects? In *Selected Proceedings of the 12th Hispanic Linguistics Symposium*, pp. 1–16.
- Mateus, M., A. Brito, I. Duarte, I. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, and M. V. Vigário (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (5ª edição revista e aumentada ed.). Lisboa: Editorial Caminho.

- McCawley, J. D. (1971). Tense and Time Reference in English. In C. J. Fillmore and D. T. Langendoen (Eds.), *Studies in Linguistic Semantics*, pp. 96–113. Irvington.
- McFadden, T. (2007). Auxiliary selection. *Language and Linguistics Compass* 1(6), 674–708.
- Medeiros, A. B. d. (2015). O pretérito perfeito composto e sua interpretação. *Revista LinguiStica* 6(1).
- Michaelis, L. A. (2011). Stative by Construction. *Linguistics* 49(6), 1359–1399.
- Moens, M. (1987). *Tense, aspect and temporal reference*. Unpublished ph.d. dissertation.
- Molsing, K. V. (2006). The tense and aspect of the present perfect in English and Portuguese. *Revista Letras* 69, 133–156.
- Molsing, K. V. (2007). Universal and Existential Perfects in Brazilian Portuguese. *Revista Letras [UFPR]* 73.
- Molsing, K. V. (2010). *The present perfect: an exercise in the study of events, plurality and aspect*. Ph. D. thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil.
- Nishiyama, A. and J.-P. Koenig (2004). What is a perfect state? University of California, Davis, pp. 595–606. Cascadilla Press.
- Nishiyama, A. and J.-P. Koenig (2010). What is a perfect state? *Language* 86(3), 611–646.
- Ogihara, T. (2007, February). Tense and aspect in truth-conditional semantics. *Lingua* 117(2), 392–418.
- Oliveira, F. and A. Leal (2012). Sobre a iteração do Pretérito Perfeito Composto em Português Europeu. *Revista de Estudos Linguísticos da Univerdade do Porto* 65, 88.
- Pancheva, R. (2003). The aspectual makeup of Perfect participles and the interpretations of the Perfect. *Perfect explorations* 2, 277.
- Portner, P. (2003). The (temporal) semantics and (modal) pragmatics of the perfect. *Linguistics and Philosophy* 26(4), 459–510.
- Portner, P. (2011). Perfect and Progressive. In C. Maienborn, K. v. Heusinger, and P. Portner (Eds.), *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. De Gruyter Mouton.

- Reichenbach, H. (1947). *Elements of Symbolic Logic*. London: Macmillan.
- Schaden, G. (2009, July). Present perfects compete. *Linguistics and Philosophy* 32(2), 115–141.
- Schmitt, C. (2001). Cross-linguistic variation and the present perfect: the case of Portuguese. *Natural language & linguistic theory* 19(2), 403–453.
- Smith, C. S. (1999). Activities: states or events? *Linguistics and Philosophy* 22(5), 479–508.
- Squartini, M. and P. M. Bertinetto (2000). The simple and compound past in Romance languages. In *Tense and Aspect in the Languages of Europe*, Volume 20 of *Empirical Approaches to Language Typology*, pp. 403–440. Berlin, New York.
- Tovena, L. M. and M. Donazzan (2008, June). On ways of repeating. *Recherches linguistiques de Vincennes* (37), 85–112.
- Travaglia, L. C. (1981). *O aspecto verbal no português a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- van Geenhoven, V. (2001). Atelicity, Pluractionality, and Adverbial Quantification. In H. J. Verkuyl, H. de Swart, and A. Hout (Eds.), *Perspectives on Aspect*, Volume 32, pp. 107–124. Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag.
- van Geenhoven, V. (2004). For-adverbials, frequentative aspect, and pluractionality. *Natural language semantics* 12(2), 135–190.
- Veiga, A. (2011). El “pretérito perfecto” español y la noción temporal de ante-presente. *Romanica Cracoviensia* (11), 433–448.
- Viana, A. R. G. (1903). *Portugais: phonétique et phonologie, morphologie, textes*, Volume 2. BG Teubner.